



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

IGLEUDA CRYSTIANI SILVA

**AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA ALFABETIZAR NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: Um Estudo na Escola
Municipal Brigadeiro Haroldo Veloso, no Município de Itaituba-PA**

ITAITUBA-PA
2019

IGLEUDA CRYSTIANI SILVA

**AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA ALFABETIZAR NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: Um Estudo na Escola
Municipal Brigadeiro Haroldo Veloso, no Município de Itaituba-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Dhemésbraene Soares da Silva.

ITAITUBA-PA
2019

IGLEUDA CRYSTIANI SILVA

**AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA ALFABETIZAR NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: Um Estudo na Escola
Municipal Brigadeiro Haroldo Veloso, no Município de Itaituba-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____ Nota: _____
Profº Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

Avaliador: _____ Nota: _____
Profº Dr. Francisco Claudio de Sousa Silva

Avaliadora: _____ Nota: _____
Profª. Esp. Lucia Maria da Costa Cruz.

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, ____ de Dezembro de 2019

Dedico esse trabalho à minha amada família, que no decorrer do tempo, contribuíram cada um a seu modo para que esse sonho se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter colocado no meu caminho pessoas que muito contribuíram para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos meus amados pais pelo exemplo e por entenderem as minhas ausências nos momentos em que todos se encontravam.

A minha base que é a minha família, principalmente meus filhos e meu pai esposo que sempre estiveram ao meu lado para tudo.

Quando a criança brinca assimila o real, e desta adapta-se ao mundo dos adultos, desenvolvendo uma linguagem própria que vai de encontro ao seu interesse. Desta forma ao brincar a criança experimenta diversas situações aprendendo a conviver com o outro.

(PIAGET, 1998: 108)

RESUMO

O presente trabalho aborda a temática sobre as dificuldades encontradas para alfabetizar nos anos iniciais do ensino fundamental, um estudo na Escola Municipal Brigadeiro Haroldo Coimbra Veloso localizado no município de Itaituba-PA. Dificuldades enquanto processos distintos, complexos e interdependentes, que devem estar presentes no cotidiano do professor. O método de pesquisa foi a abordagem exploratória qualitativa, utilizando os princípios teóricos e metodológicos da pesquisa bibliográfica e de campo. A coleta de dados contou com os seguintes instrumentos: o questionário composto de doze questões fechadas e abertas. As técnicas de coleta de dados foram a entrevista com professores de series iniciais. Os dados foram analisados sob as seguintes categorias: a formação profissional dos professores, sua formação, seu planejamento das aulas, seu material didático e sua concepção sobre alfabetização. Essas dificuldades encontradas resultam de uma prática docente constituída de conhecimentos teóricos, conceituais e metodológicos, adquiridos durante a formação inicial e continuada, aliados aos conhecimentos extraídos da experiência de alfabetizar na perspectiva do letramento.

Palavras-chave: Alfabetizar. Letramento. Dificuldades.

LISTA DE SIGLAS

Constituição Federal (CF)

Educação de Jovens e Adultos - EJA

Emenda Constitucional (EC)

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEB

Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional - INAF

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Ministério da educação - MEC

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC

Parâmetros Curriculares Nacionais, (PCN),

Referencial Curricular Nacional (RCN)

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	Saberes docentes à alfabetização de crianças.....	18
QUADRO 02:	Saberes docentes à alfabetização de crianças: um contributo à Formação de professores.....	32
QUADRO 03:	Períodos do desenvolvimento da escrita.....	35

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01:	Formação profissional inicial adequada.....	46
GRÁFICO 02:	Conhecimentos importantes saber para atuar em classes de alfabetização.....	47
GRÁFICO 03:	Como devem ser as aulas nas salas de alfabetização.....	49
GRÁFICO 04:	Conhecimentos que a criança deve ter ao chegar em uma classe de alfabetização.....	50
GRÁFICO 05:	Momento em que uma criança pode ser considerada alfabetizada.....	51
GRÁFICO 06:	Método mais apropriado para alfabetizar crianças.....	53
GRÁFICO 07:	O que dificulta no trabalho do professor no processo de alfabetização.....	55
GRÁFICO 08:	Definição o processo de letramento.....	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 O PRINCÍPIO DA ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA.....	14
1.1 DEFINIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	14
1.2 ANALOGIA ENTRE A PRÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E OS SABERES DOS DOCENTES.....	15
1.3 PROCEDIMENTOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	19
1.4 O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM NO PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO.....	22
1.5 ALFABETIZAÇÃO E O CURRÍCULO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	24
2 ALFABETIZAR LETRANDO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	27
2.1 MÉTODOS DE CONHECIMENTO DA LEITURA E ESCRITA NA ALFABETIZAÇÃO.....	27
2.2 A INTERVENÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	30
2.3 OS PROCEDIMENTOS DE EMÍLIA FERREIRO NA COMPREENSÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA ESCRITA.....	34
2.4 ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS - LEI Nº 11.274/2006.....	37
2.5 O QUE DIZ O PNAIC - PACTO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.....	39
3 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA ALFABETIZAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO NA ESCOLA MUNICIPAL BRIGADEIRO HAROLDO VELOSO, NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA.....	43
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA.....	43
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	44
3.3 RESULTADOS DA PESQUISA.....	45
3.4 PROPOSTA.....	59
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
ANEXOS.....	64

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a temática sobre as dificuldades encontradas para alfabetizar nos anos iniciais do ensino fundamental, um estudo na Escola Municipal Brigadeiro Haroldo Coimbra Veloso localizado no município de Itaituba-PA.

A dificuldade de alfabetizar crianças no ensino fundamental vem sendo um problema bastante preocupante, suas causas podem estar relacionadas a fatores exteriores ao indivíduo ou próprios a ele, decorrendo de situações trabalhosas à aprendizagem.

Esses são problemas enfrentados pelos professores e alunos do ensino fundamental de muitas escolas, por meio dessa pesquisa se buscará demonstrar os problemas que podem ocasionar essas dificuldades de alfabetizar, suas principais causas, as metodologias que podem ser trabalhadas para tornar mínimo esse problema.

Na abordagem desse assunto têm-se considerado os níveis pelos quais passa a criança durante o processo de alfabetização. Através de estudos teóricos sabe-se que a criança que desde as séries iniciais, não consegue aprender a ler e a escrever, ou o faz com dificuldades, sofre fortes pressões sociais de pais, professores e alunos que contribuem para a formação de uma autoimagem negativa. Muitas vezes as dificuldades que a criança encontra no processo educacional não são entendidas como se deve, mas como uma falta de interesse, preguiça e distração, desmotivação para estudar.

No processo de alfabetização é importante que teoria e prática caminhem sempre juntas, o educador tem que estar sempre atualizado, pois quando ele tem mais informações, os preconceitos diminuem e ele passa a olhar seu trabalho de um outro jeito, intervindo de forma mais direta através de atividades específicas, visando uma aprendizagem significativa, prazerosa e mais proveitosa para todos.

O processo de alfabetização pode ser considerado uma etapa importante e fundamental para a vida social e escolar do estudante, principalmente nas sociedades em que há uma valorização da língua na modalidade escrita. Utilizar a língua escrita é uma cobrança da sociedade grafocêntrica na qual a maioria das atividades gira em torno da leitura e da escrita.

Assim, a alfabetização torna-se uma preocupação para os profissionais ligados à Educação, tanto nos órgãos governamentais, nas agências de formação de profissionais para a educação pública, quanto nas Unidades de Ensino, a partir do momento em que esse processo não se concretiza de forma a contemplar tanto o desenvolvimento global quanto a aquisição da escrita e da leitura por parte dos aprendizes. Na realidade das escolas públicas brasileiras, é recorrente o caso de crianças que saem das classes de alfabetização sem terem se apropriado plenamente dos conhecimentos básicos da língua escrita e sua função social.

Para realização desse trabalho utilizou-se uma metodologia de pesquisa bibliográfica através da qual o tema foi abordado com fundamento em autores de obras selecionadas que serão ordenadamente fichadas e analisadas de forma que poderão proporcionar um melhor entendimento sobre o tema a ser desenvolvido na pesquisa. Esta pesquisa aborda principalmente a construção dos conhecimentos relacionados à leitura e à escrita da criança com dificuldades na aprendizagem, evidenciando a importância do trabalho nas séries iniciais, tendo como objetivo proporcionar ao educador algumas reflexões sobre esse processo, o papel do professor e sua prática pedagógica em relação à formação do aluno com dificuldade na aprendizagem.

O estudo objetiva contribuir com o processo de alfabetização e nesse sentido, apresentará, alguns estudos sobre teoria e prática no desenvolvimento da leitura e da escrita em crianças com dificuldade na aprendizagem.

A importância de se estudar as dificuldades de alfabetizar nas séries iniciais é entender os processos básicos envolvidos na compreensão ou utilização da linguagem falada ou escrita, que pode se manifestar por uma capacidade imperfeita de escutar, pensar, ler e escrever. A formação do professor e seu conhecimento educacional nesse processo de aprendizagem são essenciais para que se concretize sua função de educador.

1 O PRINCÍPIO DA ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA

1.1 DEFINIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A aprendizagem pode ser definida como uma modificação do comportamento do indivíduo em função da experiência. E pode ser caracterizada pelo estilo sistemático e intencional e pela organização das atividades que a desencadeiam, atividades que se implantam em um quadro de finalidades e exigências determinadas pela instituição escolar, Alves (2007) diz que:

O processo de aprendizagem traduz a maneira como os seres adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e mudam o comportamento. Trata-se de um processo complexo que, dificilmente, pode ser explicado apenas através de recortes do todo (ALVES, 2007 p. 18).

Nesta visão, a aprendizagem é um mecanismo de aquisição de conhecimentos que são incorporados aos esquemas e estruturas intelectuais que o indivíduo dispõe em um determinado momento. Trata-se de um processo contínuo que começa pela convivência familiar, pelas culturas, tradições e vai aperfeiçoando-se no ambiente escolar e na vida social de um indivíduo, sendo assim um processo que valoriza as competências, habilidades, conhecimentos, comportamento e tem como objetivo a elevação da experiência, formação, raciocínio e observação. Essa ação pode ser analisada a partir de diferentes pontos de vista, de forma que há diferentes teorias de aprendizagem.

Essa afirmação demonstra que a aprendizagem não parte do zero, mas sim, de experiências anteriores, o indivíduo vai desenvolvendo sua capacidade de assimilação através da organização do esquema cognitivo. O funcionamento cognitivo da mente está relacionado à reflexão, planejamento e à organização das estruturas lógicas e vai adequando-se a mediação simbólica e social.

Para se tornar um usuário competente da língua a criança deve ser capaz de compreender e usar o código escrito e, este "modo de usar", está relacionado ao letramento. Segundo Soares (2004):

Embora a relação entre alfabetização e letramento seja inegável, além de necessária e até mesmo imperiosa, ela, ainda que focalize diferenças, acaba por diluir a especificidade de cada um dos dois fenômenos. Há quem empregue os dois termos como sinônimos, mas verifica-se uma diferença entre eles (SOARES, 2004, p. 8)

Deste modo, faz-se necessário que a escola proponha atividades que possibilitem também o letramento e não somente a alfabetização. Por isso o processo de leitura e escrita é considerado complexo, possui facetas complementares (alfabetização e letramento) apresentando dificuldades na sua aquisição, tanto por parte do aluno quanto por parte do trabalho do professor que necessita de formação específica.

O processo pelo qual a criança passa para adquirir a habilidade de ler e escrever e, ao mesmo tempo, utilizar essa habilidade como forma de entender o mundo, demanda para os professores um estudo mais aprofundado sobre as especificidades da alfabetização. É preciso compreender a aquisição da língua e diferenciá-la do seu desenvolvimento, entender a construção da escrita e a aquisição da leitura.

1.2 ANALOGIA ENTRE A PRÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E OS SABERES DOS DOCENTES.

A escola, como espaço institucional de acesso ao conhecimento, para atender essa demanda, tem o papel de rever as práticas de ensino, que tratam a língua como algo sem vida e os textos como conjunto de regras a serem aprendidas. A postura a ser tomada é a constituição de práticas que possibilitem ao aluno aprender a partir da diversidade de textos que circulam socialmente.

A prática pedagógica de alfabetização com textos não é algo familiar à grande parte dos formadores e dos alfabetizadores. A isso, soma-se o fato de que quanto mais novas ou diferentes são as propostas sugeridas a quaisquer profissionais, maior a possibilidade de haver distorção no entendimento de como podem ser implantadas, o que exige muita discussão, tanto prévia como posterior, sobre os procedimentos utilizados.

A alfabetização é um processo, de construção de hipóteses sobre o funcionamento e as regras de geração do sistema alfabético de escrita, é um conteúdo extremamente complexo que demanda procedimentos de análise também complexos por parte de quem aprende.

E para facilitar esse processo é preciso propiciar condições para que o indivíduo tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e

escrever, mas, sobretudo fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade.

É a partir da necessidade que a criança vai construindo formas cada vez mais elaboradas de representação, até chegar ao domínio do código escrito. Para uma compreensão abrangente da alfabetização, é preciso que se resgate como objeto o conhecimento, do qual os indivíduos se apropriam através de experiências significativas.

O primeiro aspecto diz respeito às funções da escrita a partir da sua criação: registro da posse da propriedade e das movimentações do comércio; é uma criação das e para as classes privilegiadas e, somente depois foi usada com a função de comunicação. O segundo aspecto é que a escrita se tornou uma poderosa tecnologia de expansão da memória, pois possibilitou uma maior organização do pensamento e da própria fala (ARELARO, 2005, p. 20).

Dessa forma, a escrita está intimamente relacionada com as formas de poder. Além de ser uma criação dos grupos detentores do poder econômico, político e social, a escrita e a produção cultural vinculados a ela assumem as características desses mesmos grupos.

Esse último aspecto da escrita não é levado em conta nas práticas pedagógicas. As crianças de classes menos favorecidas têm uma grande desvantagem ao serem inseridas no mundo da escrita no ambiente da escola. Segundo Arelaro (2005, p. 23) as teorias sócio construtivistas afirmaram que as crianças são e se desenvolvem de acordo com sua condição socioeconômica e política. As práticas docentes não respeitam essa condição, havendo um distanciamento das atividades escolares da realidade social das crianças. Isso é visível imediatamente nos primeiros anos de escolarização através do fracasso do ensino da leitura e da escrita.

Diante desse fracasso no Brasil, a educação infantil assume o caráter compensatório e busca garantir uma preparação para o ensino fundamental, ou seja, as crianças estariam preparadas para aprender posteriormente à sua frequência a pré-escola. Esse pensamento estava atrelado à ideia de que a aprendizagem da leitura e da escrita poderia sanar o fracasso escolar. As classes de educação infantil eram chamadas de "classes de alfabetização", "pré-alfabetizadoras" ou "preparadoras para alfabetização" (ARELARO, 2005, p. 25). Essa organização se

fundamentava nos conhecimentos científicos e pedagógicos da época de 1940 e 1950.

O pensamento dessa época considera a criança apta para aprender a partir dos 07 anos, sendo o ensino obrigatório a partir desta faixa etária. O atendimento a crianças menores de 07 anos é chamado de pré-escola, isto é, um período que antecede a escolarização formal. As primeiras classes da educação infantil visavam ao atendimento de crianças de 6 anos de idade, posteriormente abrangeram as de 05, depois as de 04 anos. Essa organização foi pensada para o atendimento prioritário de crianças maiores em detrimento das menores.

Essa discussão, sobre o papel do ensino pré-escolar, foi e é ainda reforçada por posicionamentos de diferentes especialistas. Alguns acreditam que não há necessidade de se investir na pré-escola por ser de alto custo sem que se tenha a certeza de sua implicação para o sucesso no ensino fundamental.

Essas transformações no cenário político trouxeram consequências diretas na concepção de ensino aprendizagem e na função da educação infantil (ARELARO, 2005, p. 23-50). Com relação à educação infantil, surgiu a questão se a pré-escola deve se propor ou não ao ensino da leitura e da escrita.

O aprendizado da escrita começa muito antes do ingresso da criança na escola. De acordo com Ferreiro (2001), as crianças de zonas urbanas são desde cedo expostas a situações reais de leitura e escrita em que as informações podem vir de três formas: nas embalagens de brinquedos e alimentos etc.; quando se lê para elas uma história; quando participa de atos sociais de leitura e escrita, como por exemplo, a consulta do jornal por parte dos adultos para saber a programação de algum evento cultural. Através dessas constatações é correto afirmar que "nenhuma criança urbana de 06 ou 07 anos de idade começa o primário com total ignorância da língua escrita". (FERREIRO, 2001, p. 100).

No contexto social das crianças rurais, a escrita não é tão presente, por isso elas estão em desvantagem em relação às urbanas. Diante de tal afirmação, a preocupação maior da pré-escola deveria ser a de proporcionar às crianças, que não vivenciaram práticas de leitura e escrita, o conhecimento de que a língua escrita tem uma função social, que faz parte da cultura. Para isso é preciso fornecer ocasiões em que a criança conquiste essa aprendizagem e prover-lhe o acesso à escrita.

O processo de alfabetização na experiência escolar é visto como uma temática de grande interesse por educadores de modo geral e por outros vários segmentos que compõem a sociedade.

Considerando a importância desse processo de alfabetização e saberes e de todas as responsabilidades que lhes competem, os professores, têm diante de si uma importante tarefa que é auxiliar os alunos na construção de uma escrita própria conforme suas hipóteses, conciliando-os com os objetivos da escola. Para tal, é necessário auxiliar para que os alunos se tornem sujeitos capazes de interpretar, compreender textos que leu ou redigiu, ou seja, sujeitos cujas habilidades vão além do simples escrever e ler.

De acordo com o quadro sobre os saberes específicos da alfabetização, apresentado por Campelo (2002, p. 3), foi elaborado um quadro contendo de forma resumida esses saberes validados pela experiência docente:

Quadro 01 – Saberes docentes à alfabetização de crianças: um contributo à Formação de professores. (CAMPELO, 2002, p. 3).

SABERES DOCENTES ESPECÍFICOS DA ALFABETIZAÇÃO	A mediação docente pode favorecer ou prejudicar o processo de alfabetização e letramento;
	Os processos de alfabetização e letramento estão fundamentados nas relações afetivas;
	A relação entre os conteúdos escolares e a história de vida do aluno torna a aprendizagem mais significativa;
	O trabalho de construção de significados antecede o trabalho voltado para os aspectos linguísticos;
	A aprendizagem da leitura se dá através de situações prazerosas;
	O trabalho docente deve propiciar a ampliação e/ou a aquisição de novos conhecimentos;
	Os momentos diários de leitura e escrita ajudam no processo de alfabetização e letramento;
	A prática de ler e escrever corrobora para o aprendizado da leitura e da escrita;
	A prática do alfabetizador deve ser formada pelo domínio do conteúdo das disciplinas escolares como também os saberes teórico-metodológicos do fazer docente;
	O incentivo da expressão oral contribui para a organização do pensamento;
	O processo da psicogênese da língua escrita;
	O processo de alfabetização tem como unidade básica de ensino o texto.

De acordo com a autora esses saberes apresentados, são resultantes das contribuições de diferentes fontes, como a história pessoal do professor, a sua

formação profissional, sua experiência profissional. Essas fontes, ao longo da vida do professor, vão adicionando à prática docente novos elementos conceituais, teóricos e metodológicos. Os saberes docentes são temporais. Essa dimensão temporal do saber docente resulta de situações que exigem dos professores conhecimentos, competências, aptidões, comportamentos próprios os quais só são conquistados em contato com essas mesmas situações. Assim, muitos desses saberes citados acima retomam e consolidam conhecimentos que podem ou não ter sido adquiridos na formação inicial. Dessa forma, a abordagem que o professor fará para alfabetizar letrando uma criança deve ser suficientemente competente.

1.3 PROCEDIMENTOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A história da alfabetização no Brasil se articula com a própria história do país e conseqüentemente, com os contextos social, político e econômico. Nos diferentes períodos da história brasileira, é possível identificar avanços na compreensão do ensino da leitura e da escrita.

O trabalho de alfabetização dentro da probabilidade das práticas sociais de leitura e escrita nas salas de aula brasileiras ainda é muito fraco. É comum ver nas escolas o trabalho de instrumentalização mecânica da língua escrita apesar de já tratarem da necessidade de se relacionar os dois processos nas salas de alfabetização nos documentos oficiais e em cursos de formação de professores. Isso significa que além de desconstruir uma visão de cunho histórico sobre a alfabetização, é preciso rever a qualidade dos cursos de formação inicial e continuada de professores.

Apesar do letramento ainda ser pouco trabalhado nas escolas, pode-se destacar o letramento escolar e o letramento social. O primeiro ocorre no espaço escolar e o segundo, que poderia ser denominado de letramento não-escolar, ocorre fora da escola. Ao se distinguir essas duas modalidades, é preciso levar em conta as práticas e os eventos de letramento. A "Pedagogização do letramento" é um processo de ensino em que as práticas de letramento são enquadradas numa sequência pré-determinada. Há uma tendência de fixar um modelo para o trabalho escolar com o letramento que o reduz, pois a escola estaria cerceando as possíveis relações entre as experiências do letramento escolar e o não-escolar (SOARES, 2003, p. 24).

Letramento e alfabetização são processos distintos, pois possuem objetos de estudo diferentes e têm mecanismos de aprendizagens diferenciados, mas são interdependentes. A alfabetização é um processo que na esfera individual, apresenta diferentes níveis com relação ao domínio de habilidade e conhecimento sobre a leitura e escrita, entretanto é possível determinar o nível máximo da leitura e da escrita. O letramento também possui diferenciados níveis para as habilidades e conhecimentos, entretanto não é possível precisar um produto final, tanto na dimensão individual quanto na social, ele se desenvolve continuamente.

No processo de alfabetização escolar, é inegável o valor da internalização dos conhecimentos sobre o sistema alfabético para o entendimento da linguagem escrita. Essa internalização permite que a criança se aproprie de habilidades específicas sobre o funcionamento do código escrito. É inegável também, desde o início da escolarização, a importância de apresentar para a criança como a língua pode ser um instrumento de exteriorização de sentimentos, emoções, significados de mundo. A alfabetização e letramento podem ser fortes aliados na construção da cidadania dos indivíduos de classes desfavorecidas.

É necessário ter atenção com os questionamentos feitos entre a alfabetização e letramento. O professor alfabetizador não pode basear sua proposta de trabalho apenas na dimensão das correspondências fonológicas, pois esta dimensão não é o bastante para uma alfabetização de qualidade, já que nos lares da maioria das crianças frequentadoras das escolas da rede pública a cultura da escrita é pouco presente. Outro ponto que precisa ser esclarecido: o letramento não é resultado da alfabetização, pois é um processo que precisa ser trabalhado também em sala de aula, principalmente nas classes de crianças na fase inicial do ensino fundamental.

A leitura e produção de texto são estratégias muito ricas na alfabetização e letramento da criança na fase inicial de alfabetização, pois permite alcançar vários objetivos, além do estudo das unidades linguísticas. Dentre os objetivos estão: o reconhecimento da função social da escrita com a descoberta de que esta pode expressar tanto seres concretos quanto seres abstratos, sentimentos, ideias, emoções etc.; o avanço das hipóteses conceituais sobre a escrita, quando tem a possibilidade de se expressar e conseqüentemente, testar suas ideias; o estabelecimento da relação entre oralidade e escrita; o conhecimento das convenções da escrita alfabética, como a orientação da escrita e distribuição espacial como a orientação dos parágrafos, margens e outros aspectos gráficos.

A partir das estratégias citadas acima, é possível construir uma sequência didática coerente para os aprendizes com concepções primitivas sobre a escrita, sobretudo para aqueles que ainda não descobriram o que é a escrita, o que ela representa e como se organiza. Sequência didática é entendida como um grupo de atividades previstas em um plano de trabalho sequencialmente organizadas para atingir novos conhecimentos. Uma sequência didática recomendável para mediar a produção de textos nas classes iniciais de alfabetização deve organiza-se com base nos seguintes aspectos: apresentação de argumento, tratamento temático pela oralidade, representação simbólica, reorganização das informações e combinações através da oralidade e finalmente, a produção escrita.

O argumento é o estímulo trazido pelo professor e apresentado à turma. Esse estímulo pode vir sob diferentes formas: pintura, música, ilustração, imagens audiovisuais, jogos, diferentes suportes textuais, entre outros.

O trabalho com a linguagem oral das classes iniciais de alfabetização é um momento em que as crianças podem expor e defender suas ideias, desenvolver a expressão oral e discursiva e ampliação do vocabulário. A oralidade deve ser trabalhada, levando-se em conta a promoção de um clima de respeito e solidariedade para que as crianças se sintam à vontade para se expressarem. O modo de falar da criança pode ser um ponto de partida para a introdução da norma padrão da língua. O trabalho da oralidade nesse primeiro momento procura identificar os conhecimentos prévios dos alunos como também a ampliação dos mesmos.

Depois do trabalho de oralidade através de conversas e debates, o professor pode propor que a criança exponha seus conhecimentos por meio de alguma linguagem simbólica que pode ser uma pintura, um desenho, etc. As representações simbólicas são a oportunidade da criança exteriorizar sua percepção de mundo, ressignificando conhecimentos sobre sua própria realidade. É importante a exposição dos trabalhos do aluno.

A partir daí, vem a segunda parte do trabalho através da expressão oral. Considerando o que já foi citado anteriormente, é, sobretudo, nesse momento em que a criança vai sedimentar seus conhecimentos novos. A oralidade é uma forma de organizar o pensamento. Ao estruturar suas ideias, a criança avança em seu conhecimento sobre a temática, a organização e sequência dos fatos e ideias, bem como a respeito das múltiplas formas de expressão além da língua escrita.

Articulado a esse trabalho de ampliação dos conhecimentos antigos e internalização dos novos, é preciso incentivar a produção do texto. É importante que todo o aluno seja incentivado a escrever mesmo aquele que ainda não está alfabetizado, pois é a oportunidade de testar suas hipóteses sobre a escrita. As atividades de escrita podem assumir o caráter interdisciplinar desde que articulados aos conteúdos de outras áreas do conhecimento. A variação das atividades escritas dinamiza o interesse do aluno para fazê-las. O registro dos avanços e dificuldades da criança permite ao professor reelaborar novas estratégias de trabalho.

Os textos produzidos pelos alunos não devem ser tratados como uma obrigação, mas como uma maneira de aprimorar e testar suas hipóteses conceituais sobre a escrita. Por isso, o trabalho com a produção de texto não pode se encerrar com a correção feita pelo professor em um momento à parte da aula, mas com a presença do aluno, construtor do texto. Essa correção participada consiste em o aluno analisar seu texto através da interação do professor ou de outro colega. Assim, os textos dos alunos servirão de base construção e reconstrução de conhecimentos linguísticos.

1.4 O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM NO PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO

Alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos ou sobrepostos e que torna-se relevante a distinção entre eles, ao mesmo tempo que é importante também aproximá-los, Soares (2003, p. 15). A distinção se faz necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele.

A alfabetização e letramento são palavras chave para a vida social, pois é por meio da alfabetização e do letramento que o sujeito passa a participar diretamente do meio em que vive no exercício de suas funções sociais, buscando tornar-se um cidadão consciente, com domínio do código convencional da leitura e da escrita em suas práticas sociais.

O entendimento de alfabetização, envolvendo ideias construtivistas a respeito da realidade da criança ou adulto, seu desenvolvimento pessoal e crescimento como cidadão sintetiza que:

Alfabetizar é propiciar condições para que o indivíduo-criança ou adulto tenham acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidade de decodificação e codificação do sistema de escrita, mas, sobretudo, de fazer uso real e adequado da escrita em todas as funções em que ela tem em nossa sociedade, também como instrumento de luta pela conquista da cidadania (SOARES, 2003, p.17).

Já o letramento tem seu papel de relacionar o sujeito na sociedade ao contexto social no seguinte posicionamento:

Letramento é usar a escrita para se orientar no mundo (o atlas), nas ruas (os sinais de trânsito) para receber instruções (para encontrar um tesouro... para consertar um aparelho... para tomar um remédio), enfim, é usar a escrita para não ficar perdido (SOARES, 2003, p. 43).

Com essas experiências pedagógicas a criança cria modos que a leva a produzir diferentes textos com autonomia. E isso sugere que a escola tenha uma preocupação a mais com o desenvolvimento dos conhecimentos relacionados à aprendizagem da escrita alfabética, tornando relevante buscar a contribuição entre alfabetização e letramento.

Em sua concepção o termo Alfabetização corresponde o processo pelo qual o sujeito adquire uma tecnologia a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-la para ler e escrever. Já o termo Letramento relaciona-se ao exercício efetivo e competente da escrita alfabética nas situações em que o sujeito precisa ler e escrever e produzir textos reais, onde afirma Soares (2003) que:

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário, o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita (SOARES, 2003, p.47).

Com isso afirma que para alfabetizar letrando se faz necessário democratizar a vivência de práticas de uso da leitura e escrita e ajudar a criança a ativamente reconstruir essa invenção social que é a escrita alfabética, refletindo de modo que esses aspectos pedagógicos constitutivos levam uma prática de alfabetização na

perspectiva do letramento, com conceitos que embora distintos constituem-se em elementos complementares para a criança.

A alfabetização caracteriza-se pela sucessão de etapas cognitivas que, sem a instrução direta vinda dos adultos, elaboradas pelas crianças em processo de construção do conhecimento a partir da interação com o meio social e escolar.

Para Soares (2004, p. 47) a diferença entre letramento e alfabetização pode ser assim explicada: Alfabetização é a ação de ensinar/aprender a ler e a escrever e Letramento é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita.

Mas o letramento é mais completo porque estabelece com o processo de alfabetização práticas de leitura e escrita pelo sujeito em seu contexto social, cuja fundamentação teórica metodológica pauta-se na concepção sociointeracionista, em que o processo de ensino-aprendizagem se efetiva por meio das práticas sociais de leitura e escrita.

Resume Soares (2003) dizendo que:

Nessa concepção alfabetizar letrando significa orientar a criança em seu processo de aquisição do seu ato de ler e de escrever de forma a conduzi-la a uma convivência de práticas reais de leitura e de escrita utilizando os mais diversos gêneros textuais possíveis (livros, revistas, jornais, bulas de remédios, embalagens, etc.), pois estes são materiais de leitura e escrita, bem como levá-la a refletir sobre esses materiais escritos que circulam socialmente e que, se bem trabalhados podem criar um ambiente rico em aprendizagem (SOARES, 2003, p. 49).

O processo de alfabetização focado simplesmente no sistema da escrita alfabética não assegura a criança a apropriação dos usos e funções da língua escrita. Esse processo de alfabetização tem apenas relação com a apropriação da escrita.

1.5 ALFABETIZAÇÃO E O CURRÍCULO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Conforme Barbosa (1994, p. 16), foi com a revolução Francesa que a escola se tornou universal e gratuita e ficou sob controle do poder público que, através da legislação centralizadora e unitária, visava massificar para uniformizar. O problema

era encontrar um esquema de trabalho em que um simples mestre pudesse ensinar a muitas crianças de maneira rápida, eficaz, segura e econômica.

Nasce então a criação dos currículos e através deles surge a questão da conveniência de ensinar às crianças a letra manuscrita, a de imprensa ou as duas ao mesmo tempo. A maioria dos mestres é partidária de se iniciar pela letra manuscrita desde que, no sistema simultâneo, a criança leia o que escreveu, e escreva o que leu. A letra de imprensa poderia ser introduzida mais tarde (BARBOSA, 1994, p. 22).

Os estudos curriculares em geral e da elaboração de currículo em particular, têm a responsabilidade específica de analisar os significados das diferentes práticas educativas, numa perspectiva histórica, que supõe encarar os caminhos da elaboração curricular, não como dirigidos em sentidos definidos, mas como uma trama de trajetória irregulares e inesperadas. Por isso, dentre os aspectos teóricos da investigação da história do currículo, dedica-se especial atenção aos que permitem compreender às distintas interpretações às condições e as transformações históricas e atuais nos currículos, ao invés de ocupar-se dos que consiste basicamente numa crônica ou crítica sofisticada da concepção científica dos currículos (SAVIANI, 2000, p. 15).

Contudo o estudo da história do currículo compreende tanto a análise da evolução do termo, desde seu surgimento no vocabulário pedagógico (e os significados a ele atribuídos), como também os contextos de seu emprego e suas múltiplas implicações na vasta rede de relações inerentes à atividade educacional que ele se referiu. Com respeito à origem do emprego do termo currículo na educação, faz-se notar sua ligação com ideias de unidade, ordem e sequência dos elementos de um curso e a elas subjacentes, as aspirações de se imprimir maior rigor a organização do ensino. Associa-se, portanto, a ideia de formalização, envolvendo plano, método, controle (SAVIANI, 2003, p. 16).

Conforme frase a seguir:

A elaboração de currículos e programas, a valorização de seus elementos, a hierarquização das disciplinas obedecem a modelos estandardizados de educação de massas, com normas, critérios, padrões estabelecidos por organismos internacionais. (SAVIANI, 2003, p. 19).

O currículo não se restringe ao levantamento da evolução do termo e de seus diferentes empregos. Ele compreende a análise de questões complexas, desde as ideias sobre o currículo, aos processos de sua elaboração, interpretação, implementação e avaliação.

Há diferentes modos de se entender a elaboração do currículo. Por exemplo, há quem considere possível a elaboração de currículos ideais, aplicáveis tal como concebidos, resultantes de decisões científico-racionais, baseadas no consenso entre especialistas (trabalhos "de gabinete", sem consulta ao professorado, ou quando muito, com consulta a posteriori). (SAVIANI, 2003, p. 9).

A matriz curricular tem como objetivo ser um referencial teórico-metodológico que orienta a ampliação da jornada e organização curricular, na perspectiva da Educação Integral, tendo como referência a necessidade de reorganização dos espaços e dos tempos escolares, enquanto uma política de inovação e de transformação significativa na estrutura administrativa e pedagógica de cada escola.

Ela propõe instrumentos que permitam orientar as práticas pedagógicas mantendo o currículo básico do ensino fundamental e enriquecendo-o com procedimentos metodológicos diversificados, em forma de oficinas pedagógicas, que favoreçam a vivência de atividades dinâmicas, contextualizadas e significativas nas diversas áreas do conhecimento.

2 ALFABETIZAR LETRANDO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

2.1 MÉTODOS DE CONHECIMENTO DA LEITURA E ESCRITA NA ALFABETIZAÇÃO

Para compreender o que leva a construção da escrita pela criança é fundamental o conhecimento da evolução da escrita e as fases psicogenéticas de Ferreiro que demonstra essa evolução de forma clara. A partir de 2 anos, quando já consegue segurar o lápis, num processo interativo, a criança rabisca o papel de forma desordenada num ato imitativo da vida adulta. Este movimento lhe dá prazer, mas não há ainda preocupação com a representação da escrita.

Para cada rabisco a criança atribui um nome e com o tempo começa a dar a esses rabiscos um referencial, seja o próprio nome, seja o nome de outra pessoa ou objeto, a essa fase denomina-se garatuja.

De forma ainda indefinida, longe da representação real do objeto, observa-se a associação do significante ao significado no desenho infantil e num ato evolutivo, como nas primeiras civilizações, o desenho torna-se a representação da escrita.

O momento inicial, para a formação da construção da língua escrita pela criança denominado de fase icônica. Escrever para ela seria desenhar os objetos, pessoas ou coisas que fazem parte de seu mundo real (FERREIRO, 1993).

Para Ferreiro (1993, p. 26) o próximo passo seria a diferenciação do desenho e da escrita. A criança reconhece, através do contato com materiais impressos e na interação com o meio, que existem formas diferentes de registros. Passa, assim, a experimentá-los em sua escrita, determinando sua passagem para um nível mais avançado do conhecimento.

Estudos sobre a psicogênese da linguagem escrita desenvolvidos por Ferreiro e Teberosky (1991, p. 34) mudaram o olhar para a alfabetização. Baseando-se na teoria de Piaget, Ferreiro realizou investigações científicas que demonstram que a criança reconstrói o código linguístico e reflete sobre a escrita.

Quando o professor alfabetizador conhece as concepções que a criança desenvolve a respeito da língua escrita e da leitura, pode tornar-se mediador, propondo atividades e questionamentos que levam a criança a desestruturar o pensamento, depois assimilar e acomodar o conhecimento.

A partir de estudos Ferreiro (2004, p. 43) nomeou os estágios pelos quais as crianças passam até lerem e escreverem de estágios: pré-silábico, silábico, silábico alfabético e alfabético.

Como a aprendizagem é o resultado da estimulação do ambiente sobre o indivíduo já maturo, pode ser ineficaz ensinar uma criança a ler e escrever precocemente, assim como tentar ensinar uma criança a andar aos 5 meses, pois a aprendizagem nunca pode transcender a maturação porque é necessário que o organismo esteja suficientemente maduro para receber a aprendizagem.

Entretanto, uma criança que vive num meio onde não tem contato com a palavra escrita, não vai sentir a mesma urgência de ler. Assim, se em sua casa não existem livros, jornais, revistas, se os pais não leem, nem escrevem não vai se interessar tanto pela alfabetização, já que palavra escrita não faz parte do seu dia-a-dia.

Segundo Brasil (2007, p. 78) "Para aprender a ler é preciso que o aluno se defronte com os escritos que utilizaria se soubesse mesmo ler – com textos de verdade (...)". Portanto para que ocorra esta descoberta é necessária uma interferência do adulto levando a criança a perceber por que e para que ler e escrever. Algumas atividades poderão ser trabalhadas na linguagem oral como coro falado, conversas e discussões que poderão ser ricas e produtivas se provocadas com objetivos sociais.

Ler é interagir com o autor, procurar e produzir sentidos, vivenciar experiências. Para leitura a criança precisa interpretar símbolos, imagens, gestos, desenhos, etc., promovendo predições, inferências e a comunicação de várias formas de textos entre si.

O professor não é o saber, mas um mediador do saber. Ensinar as crianças a ler, escrever e a se expressar de maneira competente é o grande desafio dos professores, uma vez que a atual realidade social colocou novas demandas e necessidades, tornando antiquado os métodos e conteúdos tradicionais que acabam dificultando o processo de aprendizagem da linguagem.

É possível aprender a ler e escrever com as tradicionais cartilhas que usam o método da silabação, porém, atualmente percebe-se que tal procedimento leva à mera codificação que é a representação escrita e decodificação que é a representação oral, reduzindo a alfabetização a uma esfera mecânica.

Sabe-se que a alfabetização não é um processo baseado em perceber e memorizar, e para aprender a ler e escrever, o aluno precisa construir um conhecimento de natureza conceitual: ele precisa compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem.

Neste sentido, percebe-se que a alfabetização é um processo de construção do conhecimento e, com tal, é desencadeada pela interação permanente entre educando e objeto de conhecimento.

A escola, como espaço institucional de acesso ao conhecimento, para atender essa demanda, tem o papel de rever as práticas de ensino, que tratam a língua como algo sem vida e os textos como conjunto de regras a serem aprendidas. A postura a ser tomada é a constituição de práticas que possibilitem ao aluno aprender a partir da diversidade de textos que circulam socialmente.

A prática pedagógica de alfabetização com textos não é algo familiar à grande parte dos formadores e dos alfabetizadores. A isso, soma-se o fato de que quanto mais novas e/ou diferentes são as propostas sugeridas a quaisquer profissionais, maior a possibilidade de haver distorção no entendimento de como podem ser implantadas, o que exige muita discussão, tanto prévia como posterior, sobre os procedimentos utilizados (FRANCHI, 1989, p. 143).

A alfabetização é um processo, de construção de hipóteses sobre o funcionamento e as regras de geração do sistema alfabético de escrita, é um conteúdo extremamente complexo que demanda procedimentos de análise também complexos por parte de quem aprende.

E para facilitar esse processo é preciso propiciar condições para que o indivíduo tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, mas, sobretudo fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade. É a partir da necessidade que a criança vai construindo formas cada vez mais elaboradas de representação, até chegar ao domínio do código escrito.

O processo de leitura e escrita, segundo o MEC (BRASÍL. MEC, 2007), invade e transforma o mundo em uma sala de leitura, rompendo a exclusividade da escola no ensino dessa aprendizagem. O livro, antes um objeto de arte, atendendo à crescente demanda da sociedade de consumo, se transforma em mercadoria e perde a primazia como suporte da escrita: jornais, periódicos, cartazes publicitários,

rótulos, embalagens, letreiros luminosos etc. incita o leitor ao exercício cotidiano da leitura. A leitura ao longo dos séculos vai perdendo seu caráter público e sonoro e se transforma numa forma dinâmica, silenciosa, íntima do leitor se divertir, se informar se orientar, imaginar, criar, participar. Diante da explosão da informação, o leitor abandona velhos hábitos remanescentes de uma outra era e desenvolve estratégias diversificadas de leitura; tornam-se múltiplos e seletivos, recorrendo à escrita todas as vezes que busca dar sentido ao mundo ou a si mesmo.

O processo da leitura assume uma função social, de resgate da cidadania, que possibilita o leitor conhecer, refletir e atuar sobre uma dada realidade. Nesse sentido a aprendizagem da leitura e da escrita deve ser realizada em situações reais, onde tenha uma função social concreta, que a tarefa do aprendiz seja basicamente a de se buscar o sentido do texto, ou seja, ler e entender o texto.

A escola deve instrumentalizar seus alunos através de trabalhos de leituras que vão além do trabalho mecânico de decodificação de letra por letra, palavra por palavra (BRASÍL. MEC, 2007).

O trabalho da escola com a leitura deve fazer sentido para o aluno, isto é, a atividade de leitura deve responder, do seu ponto de vista, a objetivos de realização imediata. Trata-se de uma prática social complexa, a escola deve preservar sua natureza e sua complexidade, sem descaracterizá-la (BRASÍL. MEC, 2007).

2.2 A INTERVENÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A postura do professor como um agente de transformação social através do exercício de sua profissão o torna um investigador, pesquisador, cientista da educação que interaja com as mais diversas teorias educacionais, que considere a interação entre as crianças, os conhecimentos que elas trazem de casa, a individualidade, a heterogeneidade, o nível de desafios apresentados pelas atividades e as conquistas possíveis.

Cabe ao professor, como mediador a tarefa de propiciar espaços e situações de aprendizagem, considerando todas as suas capacidades e potencialidades nas quais novas experiências possam ser vivenciadas, acomodadas às já existentes.

O letramento do professor pode ser entendido como as práticas sociais que ele desenvolve, por meio de sua prática pedagógica e que o leve a refletir se suas atividades estão voltadas para o letramento ou se são apenas para alfabetizar sem um diálogo com a realidade vivida pelo aluno e suas expectativas. (KLEIMAN; MATENCIO, 2005, p. 9-10).

Desde a década de 70 não se questiona somente a capacidade do professor para ensinar a ler, escrever ou analisar um texto, mas a capacidade de ele próprio conseguir fazer isso ou sua própria competência linguística levando em conta a sua própria condição de letrado.

O professor deve criar um ambiente letrado em sua sala de aula, proporcionar atividades que de fato contribuam para o letramento do aluno, que o leve a refletir, avaliar e observar atividades que sejam significativas para o seu aprendizado, e que não sirvam apenas como algo repetitivo sem sentido.

Todo esse processo só vai ser desencadeado a partir da postura do professor em sala de aula, de instigar, provocar e mostrar aos seus alunos o poder da leitura e da escrita e seu valor de transformação e realização.

Diante dessas reflexões podemos dizer que o letramento do professor são as habilidades e competências aliadas à prática com o objetivo de promover as práticas sociais em função da socialização dos sujeitos da nossa sociedade frente à oralidade, a leitura e a escrita em favor do avanço da educação nos dias atuais.

O professor deve rever suas práticas pedagógicas, promover o letramento nos alunos em seu contexto social, propor práticas de leituras e interpretação de texto. Deve estar sempre pesquisando, estudando, se qualificando, buscando a partir da sua prática, novas técnicas e métodos para desempenhar da melhor forma possível a sua função, o seu trabalho.

Essa análise precisa se desenvolver em meio a um trabalho metódico e sistemático para produzir um conhecimento consistente sobre a prática docente. É necessário registrar as atividades, descrevendo acontecimentos, os avanços e as dificuldades encontradas pelos alunos.

A reflexão usada de forma crítica dá subsídios para que o professor tome novas decisões ou mudanças de atitudes objetivando colocar em prática novas estratégias de trabalho.

O saber necessário para o fazer pedagógico do professor, principalmente o alfabetizador, exige um grau de especificidade ainda maior. O educador precisa dominar uma gama de saberes conceituais, teóricos e metodológicos para mediar

situações significativas de aprendizagem. Esses saberes, como já foi dito, não resultam apenas de uma formação acadêmica, mas também da formação pedagógica. Uma não existiria sem a outra, ou seja, a prática docente é uma inter-relação entre a formação acadêmica e a formação pedagógica (CAMPELO, 2003, p. 1). Saberes esses que por si só não garantem o sucesso do processo da alfabetização, entretanto, sem os mesmos, o educador não conseguiria realizar uma mediação competente.

De acordo com o quadro sobre os saberes específicos da alfabetização segundo CAMPELO (2003), a autora elaborou um quadro contendo de forma resumida esses saberes validados pela experiência docente:

Quadro 02 – Saberes docentes à alfabetização de crianças: um contributo à Formação de professores. (CAMPELO, 2003, p. 3).

SABERES DOCENTES ESPECÍFICOS DA ALFABETIZAÇÃO	A mediação docente pode favorecer ou prejudicar o processo de alfabetização e letramento;
	Os processos de alfabetização e letramento estão fundamentados nas relações afetivas;
	A relação entre os conteúdos escolares e a história de vida do aluno torna a aprendizagem mais significativa;
	O trabalho de construção de significados antecede o trabalho voltado para os aspectos linguísticos;
	A aprendizagem da leitura se dá através de situações prazerosas;
	O trabalho docente deve propiciar a ampliação e/ou a aquisição de novos conhecimentos;
	Os momentos diários de leitura e escrita ajudam no processo de alfabetização e letramento;
	A prática de ler e escrever corrobora para o aprendizado da leitura e da escrita;
	A prática do alfabetizador deve ser formada pelo domínio do conteúdo das disciplinas escolares como também os saberes teórico-metodológicos do fazer docente;
	O incentivo da expressão oral contribui para a organização do pensamento;
	O processo da psicogênese da língua escrita;
	O processo de alfabetização tem como unidade básica de ensino o texto.

Segundo a autora, esses saberes aqui apresentados são resultantes das contribuições de diferentes fontes, como a história pessoal do professor, a sua formação profissional, sua experiência profissional. Essas fontes, ao longo da vida do professor, vão adicionando à prática docente novos elementos conceituais, teóricos e metodológicos. Por isso, os saberes docentes são temporais. Essa dimensão temporal do saber docente resulta de situações que exigem dos

professores conhecimentos, competências, aptidões, comportamentos próprios os quais só são conquistados em contato com essas mesmas situações.

Muitos desses saberes citados acima retomam e consolidam conhecimentos que podem ou não ter sido adquiridos na formação inicial. Dessa forma, a abordagem que o professor fará para alfabetizar letrando uma criança deve ser suficientemente competente para desenvolver:

a) a mecânica do ler/escrever; b) os aspectos construtivos do processo; c) o enfoque da língua escrita como meio de expressão/compreensão/interação, com especificidade e autonomia com relação à língua oral; d) os determinantes sociais das funções e finalidades da língua escrita (CAMPELO, 2003, p.15).

Ainda existem os fatores sociais, culturais, econômicos e políticos que condicionam o processo de alfabetização. Esses fatores evidenciam o próprio contexto histórico em que os sujeitos estão inseridos. O ser humano é um ser social e como tal se comporta dentro de regras sociais pré-estabelecidas no seu cotidiano. A história pessoal e individual vai ser um fator preponderante na construção de sua interpretação de mundo. A relação com o saber se constitui na interação do sujeito com o mundo e da sua maneira de interpretá-lo. Essa relação comporta uma dimensão identitária no sentido de que aprender envolve a história de vida da pessoa, sua visão de mundo, suas relações com o outro, sua relação consigo mesma.

O professor, enquanto mediador da aprendizagem, precisa conhecer a realidade do seu aluno para propor estratégias didáticas que promovam uma aprendizagem significativa.

O curso de formação docente deve preparar o profissional para também trabalhar com crianças de classes subalternas, considerando a relação entre o conhecimento teórico-metodológico e a realidade sociocultural e econômica do educando.

O papel do professor alfabetizador é importantíssimo na elaboração do conhecimento sobre as unidades linguísticas. É necessário ler para os alunos, construir e escrever textos na presença dos alunos, promovendo momentos de compreensão dos mesmos.

A formação docente não se efetiva com uma simples transferência da teoria para a prática. É um processo complexo que vai se configurando através da

formação inicial e continuada e das relações com o contexto vivido. Apesar de todo esse caminho percorrido, a prática pedagógica está muito ligada às convicções pessoais de cada professor. A formação docente do ponto de vista social é extremamente densa e exige um estudo aprofundado dos vários aspectos que a constitui, como o desenvolvimento do conhecimento, particularidades culturais, históricos, políticos e econômicos.

A reflexão a respeito da formação do professor exige minuciosa observação da complexidade do fazer pedagógico. Essa formação é construída por diversos componentes oriundos de vários matizes de caráter institucionalizados e não institucionalizados. Essa característica multifacetada da formação docente permite uma prática pedagógica cheia de possibilidades.

2.3 OS PROCEDIMENTOS DE EMÍLIA FERREIRO NA COMPREENSÃO DO PROCESSO DE PRENDIZAGEM DA LÍNGUA ESCRITA

Há uma preocupação das escolas em registrar e tomar como ponto de partida para o ensino o conhecimento que o aluno já possui ou de que maneira compreende a língua escrita. Na visão da pesquisadora Emília Ferreiro, que através de seus estudos psicolinguísticos sobre a gênese da escrita e da leitura, à conclusão de que o caminho percorrido pela criança na busca pela compreensão da natureza e o funcionamento do sistema de escrita é composta por estágios bem delimitados.

A compreensão das funções da escrita constitui um dos objetivos ausentes nos programas de alfabetização (FERREIRO, 1993, p. 11). Apesar de ser um objetivo ausente, o professor deve criar situações em sala de aula para que a criança possa entender essas funções. As crianças, cujos cotidianos familiares estejam constantemente envolvidos por práticas de leitura e escrita, vão perceber mais facilmente que a língua escrita tem usos e práticas sociais, como, por exemplo, a construção de lista de compras do mercado, diferentemente daquelas crianças em cujo ambiente familiar não existem práticas de leitura e escrita. O que geralmente acontece nas escolas é a crença de que esse conhecimento sobre a função social da escrita já está consolidado pela criança. A prática docente volta-se para o ensino da língua escrita como objeto em si mesmo.

Conforme Ferreiro (1993, p. 14), esse caminho foi denominado de psicogênese da língua escrita. Esses estudos mostraram que qualquer criança, seja

de classe menos favorecida ou não, percorre os mesmos estágios conceituais até chegar ao entendimento de que a escrita representa a língua. O que diferencia o entendimento entre as crianças é o seu grau de interação e de convívio significativo com as práticas de leitura e escrita.

Esses estudos sobre a psicogênese da língua escrita valorizam a escrita espontânea da criança. As primeiras escritas da criança têm a aparência de "linhas onduladas ou quebradas (zig-zague), contínuas ou fragmentadas, ou então como uma série de elementos discretos repetidos (séries de linhas verticais, ou de bolinhas)", (FERREIRO, 2001, p. 18). A escrita infantil foi analisada tanto por seus aspectos gráficos quanto por seus aspectos construtivos. Os primeiros se referem à forma como a escrita se apresenta visualmente, e os segundos às representações e os mecanismos para diferenciá-los.

Ferreiro (2001, p. 18) descobriu que a escrita infantil se desenvolve dentro de uma trajetória de aspectos construtivos. Esse desenvolvimento acontece como resultado das interações em processos culturais, das situações educativas. Essa linha evolutiva tem três grandes períodos:

Quadro 03: Períodos do desenvolvimento da escrita. Fonte: (FERREIRO, 2001, p. 18)

PERÍODOS	
1º	Distinção entre o modo de representação icônico e o não-icônico;
2º	A construção de formas de diferenciação (controle progressivo das variações sobre os eixos qualitativos e quantitativos) e;
3º	A fonetização da escrita (que se inicia com um período silábico e culmina no período alfabético)

O primeiro período se estabelece pela diferenciação entre desenhar e escrever e pela compreensão de que a escrita pode substituir o desenho. A segunda se caracteriza pela construção de critérios de diferenciação entre as escritas, que obedecem alguns critérios. O critério intrafigural refere-se às propriedades que o texto escrito deve possuir para ter significado, representadas através do eixo quantitativo (quantidade mínima de letras que geralmente são três) e do eixo qualitativo (variação interna das letras). O critério interfigural refere-se às diferenciações entre uma escrita e a próxima, tendo como eixo quantitativo a variação na quantidade de letras e o eixo qualitativo, a variação do repertório e da

posição das mesmas na palavra. Esses dois primeiros períodos correspondem ao nível pré-silábico.

O terceiro período é marcado pela atenção às propriedades sonoras da palavra. A criança percebe que as letras podem corresponder às sílabas orais. No eixo quantitativo, a variação da quantidade de letras depende do número de sílabas. A partir daí o período silábico se inicia através da hipótese: "uma sílaba por letra, sem omitir sílabas e sem repetir letras" (FERREIRO, 2001, p. 25). No período silábico-alfabético, a criança percebe que a sílaba não representa a unidade mínima da palavra. A sílaba pode se decompor em partes menores, os fonemas. Dessa forma, o aprendiz descobre que quantitativamente uma letra necessariamente não equivale a uma sílaba.

Outra questão que chama a atenção é a de visão que se tem a respeito da língua escrita. Ajustou-se nas sociedades letradas que a aprendizagem da escrita se daria dentro do âmbito da escola. É necessário resgatar dentro das práticas escolares a ideia de que "a escrita é importante na escola porque é importante fora da escola, e não o inverso" (FERREIRO, 1993, p. 21). A escola assume o papel de mantenedora da língua escrita e impõe ao sujeito que aprende uma postura de respeito diante da língua escrita sem direito a questionamentos. Esse respeito tem que estar presente na representação gráfica das letras, na ortografia, na leitura, entre outros. A prática docente deve ser suficientemente adequada para conduzir o processo de alfabetização e letramento, resgatando entre outras coisas, a valorização das práticas e os usos sociais da escrita na cultura escolar.

Baseado em experiências alfabetizadoras inovadoras em países latino-americanos no final do século XX, é possível determinar de outra forma os objetivos da alfabetização de crianças: compreensão do modo de representação da linguagem que corresponde ao sistema alfabético de escrita; compreensão das funções sociais da escrita que determinam diferenças na organização da língua escrita; leitura compreensiva de textos que correspondem aos diferentes registros de língua escrita, enfatizando a leitura silenciosa; produção de textos respeitando os modos de organização da língua escrita que correspondem a esses diferentes registros; atitude de curiosidade diante do objeto escrito, entre outros (FERREIRO, 1993, p. 23).

Os exercícios que preparam a criança para a aprendizagem da língua escrita, na verdade, propõem um treinamento puramente técnico e mecânico: preparar a

mão para fazer traçados corretos; o olho para distinguir formas, e discriminação espacial; o ouvido para que diferencie sons; e o aparelho fonador para que realize isoladamente sons fora do contexto linguístico. Esses exercícios de forma alguma trabalham com a inteligência da criança para entender a língua escrita como uma representação da linguagem oral e sua função social.

Para o sucesso da alfabetização e letramento de crianças, além de uma nova postura política no que se refere à qualificação do ensino, é necessário se pensar na formação do docente.

A condição básica para que uma criança inicie o seu processo de alfabetização é a compreensão de que a escrita representa a oralidade e consequentemente, o pensamento. O desvendamento de que a palavra escrita substitui os objetos, as ações, os sentimentos, é fator primordial para a aquisição da escrita e da leitura. Essa descoberta é ainda mais fundamental para as crianças oriundas de famílias de baixa renda, pois em seu convívio, as práticas de leitura e escrita são quase inexistentes.

2.4 ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS - LEI Nº 11.274/2006.

Com a implantação do ensino fundamental de 09 anos, ocorreram grandes mudanças no processo de alfabetização e letramento de na educação. Essas mudanças representam uma resposta às demandas com relação ao atendimento educacional das crianças. Com o ingresso de crianças de 06 anos no ensino fundamental traz desafios e impactos na implementação da política de 09 anos de escolarização básica.

Nas últimas décadas, a educação recebeu contribuições de pesquisas de áreas como a psicologia genética, da psicolinguística, entre outros. Dentre as descobertas dessas pesquisas, pode-se destacar a importância dada à educação infantil para o desenvolvimento integral da infância. As crianças que iniciam sua escolarização na educação infantil têm um salto qualitativo na construção do conhecimento.

Conforme Frade (2007, p. 73), os dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF) apontam que o maior tempo de escolarização diminui as desigualdades de desempenho da leitura e escrita. Isso remete a outro ponto: para a

escola pública, o processo de alfabetização não se concentra mais nas classes de crianças de 07 anos.

Com a presença obrigatória da criança de 06 anos no ensino fundamental traz também uma mudança de ordem estrutural, com processo de implementação, onde não existem políticas que deem suporte para o efetivo atendimento dessas crianças. Essas políticas devem ser voltadas para o financiamento da compra de mobiliário adequado, de material didático, para a reestruturação curricular, para a contratação de recursos humanos através da abertura de vagas e formação docente.

A decisão de iniciar o processo obrigatório do ensino de 09 anos não foi tomada com base em estudos ou pesquisas na área (ARELARO, 2005, p. 35). Os recursos financeiros são a principal causa da matrícula de crianças de 06 anos no 1º ano do ensino fundamental. O número de alunos atendidos em cada rede pública de cada estado interfere nas verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEB), sendo que quanto maior o número de alunos matriculados, maiores os recursos financeiros recebidos, mesmo que ainda insignificantes para garantir a qualidade exigida pela sociedade organizada.

O ingresso de crianças de 06 anos no ensino obrigatório ainda provoca a discussão entre o conceito da educação infantil e o conceito do ensino fundamental. O primeiro tem o papel de propiciar lazer e socialização, promover a construção de conhecimentos de caráter simbólico e do aprimoramento da oralidade. Já o ensino fundamental se concentra nos conhecimentos mais formais e abstratos da escrita e do cálculo, esquecendo as suas funções sociais de comunicação.

Indiretamente essa lei uniu esses dois segmentos escolares, e a preocupação é a forma com a qual a classe do 1º ano será encarada daqui para frente. Se essas classes forem consideradas como classes preparatórias, a lei terá um efeito negativo, pois retira da criança o direito ao seu desenvolvimento integral. As crianças de 06 anos, ao ingressarem no ensino fundamental, deveriam ter seu direito ao desenvolvimento cognitivo, sendo alfabetizadas na perspectiva do letramento, respeitando-se suas especificidades e necessidades.

2.5 O QUE DIZ O PNAIC - PACTO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um compromisso formal assumido pelos Governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Observa-se diante deste processo de formação que:

Aos oito anos de idade, as crianças necessitam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos. (BRASIL, 2012, p.11)

Segundo as ações do Pacto, este oferece além da formação continuada aos profissionais da área da alfabetização, recursos didáticos através de materiais que possam dar auxílio no processo de ensino e aprendizagem, buscando a avaliação sistemática dos mesmos através das atividades e construção dos alunos.

No entanto, esta proposta de ensino-aprendizagem vinda do Pacto, busca caminhos onde os profissionais na área da educação possam se inserir mais em um ensino de qualidade, proporcionando aos educandos um aprendizado de grandes conquistas e caminhos a serem seguidas.

O Pacto mostra todas as etapas e seus segmentos, partindo de um currículo de qualidade e processos avaliativos na escola regular e também na busca de caminhos à uma educação inclusiva.

É importante ressaltar que a educação é um dos caminhos do exercício da cidadania e que se faz necessário respeitar os direitos de aprendizagem de todas as crianças, principalmente daquelas que apresentam necessidades educacionais especiais.

Baseado na concepção de alfabetização, o Pacto em parceria com alguns pedagogos mostram a importância de compreendermos que a escrita alfabética não é um código, o qual se aprenderia a partir de atividades repetitivas e memorizadas, e que passa ser um sistema de notação, que seria alfabético.

Com o Pacto da Alfabetização houve um maior crescimento profissional e educacional, pois as formações, os caminhos e formas diferenciadas de serem trabalhados com as crianças das séries iniciais, os conteúdos, as atividades propostas, trouxeram mais crescimento, um ensino na área da alfabetização com mais clareza, onde se envolve todas as áreas do saber de maneira prazerosa, educativa. A leitura e escrita, juntamente com diferentes jogos e atividades matemáticas inserem a criança numa sociedade letrada de grandes conquistas e objetivos a serem alcançados pelos profissionais.

É de fundamental importância, que no início da vida escolar do aluno ao ingressar nas séries Iniciais do Ensino Fundamental, o professor alfabetizador registre como o mesmo agia e o que era capaz de fazer no início do ano e também o no final da etapa. Como citam Albuquerque e Cruz (2009) em uma pesquisa sobre prática docente na área da alfabetização:

As crianças iniciam o ano letivo com diferentes conhecimentos e aprendizagens, é papel do professor diagnosticar o que as crianças sabem ou não sabem sobre o que ele pretende ensinar. Mesmo quando chegam ao final do ano sem dominar os conhecimentos que o professor buscou ensinar, as crianças tem agregado saberes, é preciso identificar não apenas o que elas não aprenderam, mas também o que elas aprenderam, e valorizar suas conquistas; o diagnóstico sobre o que as crianças sabem ou não sabem deve servir para o planejamento das estratégias didáticas e não para a exclusão das mesmas (ALBUQUERQUE E CRUZ, 2009, p. 11)

Cabe ressaltar que muitas crianças chegam à escola tendo pouca informação da escrita, mas isso não significa que as mesmas não estão familiarizadas aos métodos de ensino-aprendizagem. O professor em casos assim, necessita investigar e partir para uma busca de caminhos que possibilitem o ensino desejado da criança identificando o seu aprendizado, a sua cultura de vida, para que possa a partir de então desconstruir barreiras e construir caminhos nesta busca de um ensino de qualidade, apresentando avanços por parte das crianças, e também a garantia da escola que seus direitos de aprendizagens sejam atendidos.

Sabe-se que a função da escola se amplia a medida que o direito a educação se alarga. Ao considerar a educação como um direito, é preciso pensar na inclusão como princípio de organização do currículo, considerando a necessidade vinda dos alunos onde tenham acesso aos conhecimentos e avanços nas suas aprendizagens.

Entretanto, o currículo no ciclo da alfabetização se fundamenta como uma proposta de reorganização temporal e espacial demasiada ao ensino, buscando novas formas de conceber o percurso de aprendizagens das crianças.

O processo de alfabetização é medida mediante a sua natureza complexa e também pelos fatores políticos, sociais, econômicos e culturais. As crianças precisam ser protagonistas e ainda a partir do seu aprendizado na área da alfabetização para que elas possam agir para a transformação de suas próprias vidas. Segundo Ferreira e Teberosky (2012):

Para se alfabetizar, a criança precisa perceber que o que a escrita alfabética nota no papel são os sons das partes orais das palavras e que o faz considerando segmentos sonoros menores que a sílaba. No processo de construção desse conhecimento, as autoras apontaram que os sujeitos passam por diferentes fases que vão desde uma hipótese pré-silábica de escrita na qual o aprendiz não faz correspondência entre os segmentos orais e escritos das palavras, até a fase alfabética, quando percebe que as palavras são compostas de unidades sonoras como as sílabas e fonemas (FERREIRO E TEBEROSKY, 2012, p. 14).

Porém, todos estes processos referentes à construção da escrita alfabética envolvem aprendizagens onde todos os percursos de ensino devem ser apropriados pelas crianças, havendo atividades diversificadas, atendendo os diferentes níveis de conhecimentos e havendo bons resultados nos conhecimentos construídos.

No entanto, para que as crianças produzam textos com autonomia, é preciso que as mesmas compreendam o funcionamento do sistema de escrita e atingir o processo alfabético da escrita não significa que esteja alfabetizado. Diante desta escrita com autonomia, necessita que as correspondências som-grafia sejam consolidadas e este processo envolve questões demasiadas da natureza ortográfica. A criança para atingir a hipótese alfabética, necessita de domínio diante das correspondências grafofônicas, identificando quais letras representam determinado fonema.

Soares (2003) coloca que a sala de aula de alfabetização deve ter o duplo objetivo:

Um primeiro consiste em ajudar a criança por meio da reflexão "sobre as características dos diferentes textos que circulam ao seu redor, sobre seus estilos, usos e finalidades" e um segundo, implica em ajudá-las a se apropriar do sistema de escrita, para que tenha autonomia para interagir por meio da escrita (SOARES, 2003, p. 52).

Contudo, para compreender e entender melhor este processo de ensino, irei me fundamentar em uma pesquisa empírica numa turma de alfabetização, analisando o espaço sala de aula e também realizando uma entrevista com a professora alfabetizadora e a coordenadora da instituição, buscando maior informação neste percurso de alfabetização e letramento e ampliação do ensino de 9 anos.

Para que Pacto tenha êxito em seu percurso no processo de alfabetização e letramento, precisa-se que haja uma organização no trabalho pedagógico, sendo necessário acima de tudo um processo de reorganização na sala de aula, e também no processo de ensino-aprendizagem. Para organização as rotinas diárias do aluno, necessita-se pensar nos objetivos que estão sendo propostos diante da alfabetização e das definições das ações, procedimentos e técnicas, que atinjam certos objetivos e não estabelecer conjuntos de uma prática rotineira.

3 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA ALFABETIZAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO NA ESCOLA MUNICIPAL BRIGADEIRO HAROLDO VELOSO, NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Brigadeiro Haroldo Veloso foi à instituição escolhida para a realização do Estágio em Gestão. Está situada no Município de Itaituba - PA, localizada na 7ª rua do bairro da Floresta, nº 424, foi fundada em 1983 e revitalizada no Ano de 1999.

Apresenta suporte em seu aspecto físico para atender a demanda do Município. Tendo em sua estrutura 13 salas de aula em funcionamento normal. Oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) de 1ª a 4ª etapas. Há um total de 1.127 alunos, possui banheiros adaptados para deficientes; Sala de multimeios; sala de Informática; Biblioteca; Sala de Professores; Diretoria; Pátio e a Quadra de esporte. Todos esses espaços são adaptados com rampas para deficientes.

Tem como objetivo construir uma sociedade ansiosa pelo bem comum, pelos ideais coletivos e pela busca do conhecimento para a emancipação de todos, formando assim pessoas capazes de compreender a vida e a si mesmo. Sendo também capazes de transformar a realidade através da sensibilidade, mobilização e desenvolvimento de habilidades especiais, de forma a atender as necessidades que o mundo impõe, trabalhando com profissionais capacitados e comprometidos com os seus deveres e práticas docentes.

O ambiente pedagógico é democrático e tende a atender as expectativas dos envolvidos, desde que estes também atendam às suas diante dos esforços desenvolvidos para a formação dos alunos. Apresenta em seu meio pedagógico uma conduta transformadora, por se destacar em práticas sociais que ajudam a transformar a realidade da sociedade fazendo com que assim o discente conheça e aceite sua própria realidade. Ter o humano como objeto de trabalho traz uma segunda consciência para o trabalho do professor: o seu componente ético e emocional.

O intenso processo de relações que se trava na prática educativa produz mudanças emocionais inesperadas, leva o professor a questionar suas intenções,

seus valores, suas maneiras de ensinar, enfim, a conhecer melhor as próprias reações e suas consequências e na formação dos alunos. (GUIMARÃES, 2011: 52)

Pois a partir das transformações sociais que ocorrem é necessário que a escola tenha uma visão lúcida da realidade social com a qual está lidando para que possa desenvolver um trabalho educativo, dinâmico e atual. E desta forma poder destacar as suas ações diante das inovações nos acontecimentos e problemas sociais que são aparentes na nossa sociedade atual. A escola foi observada durante o turno tarde.

De acordo com as necessidades e exigências do contexto atual, esta escola vem buscando inserir a tecnologia na prática escolar, pois a exclusão digital é considerada uma nova forma de analfabetismo. O acesso as informações e o intercâmbio tornaram-se mais acessíveis, fazendo as instituições educacionais trabalharem mais para adequação dos novos paradigmas. Pois as tecnologias da informação e da comunicação estão presentes em todos os grupos sociais, influenciando o comportamento humano através de ideologias alienadoras, manipuladoras e consumistas, gerando assim a cultura de valorização do supérfluo, por outro lado, estas mesmas encurtaram as distâncias e fizeram com que as informações circulassem mais rapidamente.

O objetivo principal da escola sempre foi trazer qualidade, satisfação da comunidade escolar, ampliando o desenvolver do processo de ensino e aprendizagem.

A escola está desenvolvendo vários projetos que contribuem para o ensino aprendizagem de seus alunos, processos extracurriculares, entre eles o Novo Programa Mais Educação com oficinas bem programadas a atender as demandas de cada faixa etária. A escola adquiriu ainda em sua programação anual eventos de apresentações de trabalho ao fim de cada dois semestres assim se tem um acompanhamento direto ao desenvolvimento do conteúdo lecionado pelo educador trazendo qualidade e gratificação no processo de ensino e aprendizagem.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se inscreve numa abordagem de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, no qual se propõe a um estudo mais detalhado e real do tema em questão. "embora as pesquisas apontem para objetivos específicos, estas

podem ser classificadas em três grupos: estudos exploratórios, descritivos e explicativos". (GIL, 2008, p. 46).

Este trabalho é de natureza exploratória, pois envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tem experiências práticas com o tema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Foi realizada pesquisa de campo que veio auxiliar e enriquecer o estudo científico e entrevistas com professores do Ensino Fundamental, a fim de detalhar os desafios da alfabetização nessa fase escolar. Segundo Vergara (2005, p. 29) a pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-los.

A pesquisa qualitativa não procura enumerar ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 57-63).

A coleta de dados foi realizada através de observações, pesquisa de campo e de questionários seguidos de entrevistas semiestruturadas. É por meio da entrevista que coletamos os dados necessários para a conclusão do estudo científico.

Durante o período de observações foi possível verificar que a condição social, econômica e cultural do aluno e seu modo de falar errado que dificulta a aprendizagem da linguagem escrita correta.

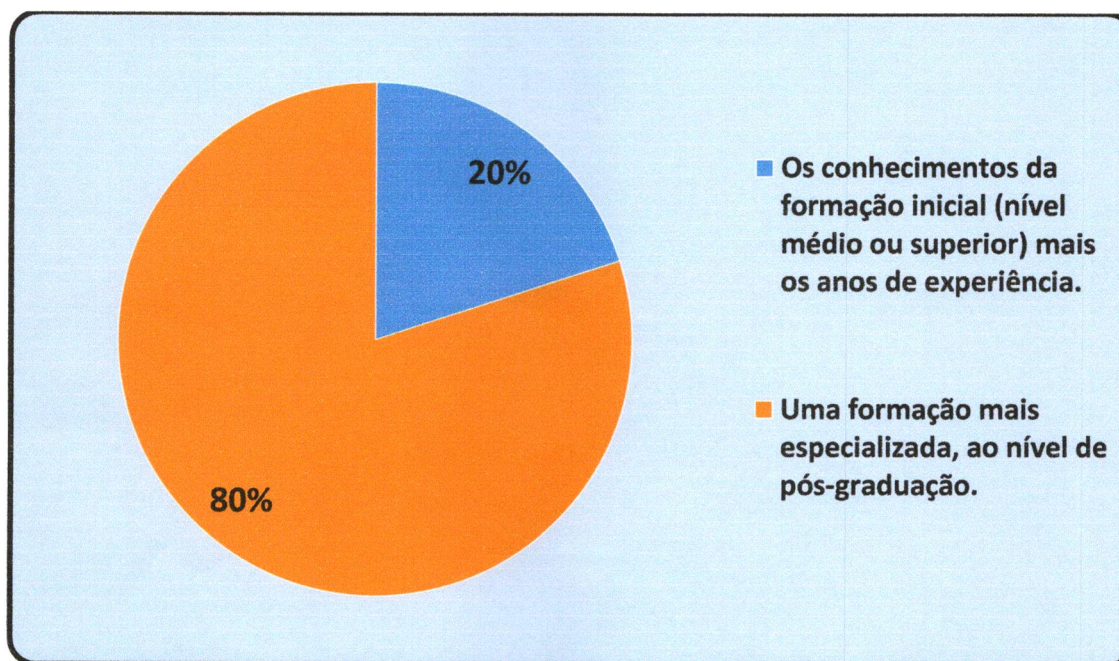
3.5 RESULTADOS DA PESQUISA

Os sujeitos dessa pesquisa foram dez professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Brigadeiro Haroldo Veloso. Os "sujeitos de uma pesquisa são aqueles que fornecerão os dados que o autor necessita para fazer a pesquisa" (VERGARA, 2005, p. 31).

A análise de dados trata-se de resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, ou seja, das entrevistas realizadas com professores da referida escola citada. Os resultados obtidos serão apresentados através de gráficos, procurando ampliar o campo de reflexão sobre o tema pesquisado.

Perguntou-se aos professores: **Para você, o que significa uma formação profissional inicial adequada para atuar em classes de alfabetização?**

Gráfico 01: Formação profissional inicial adequada. Fonte: professores entrevistados da E.M.E.F. Brigadeiro Haroldo Veloso.



No primeiro gráfico 80% dos entrevistados relatam que a formação profissional vem dos conhecimentos da formação inicial (nível médio ou superior) mais os anos de experiência. E que 20% vem de uma formação mais especializada, ao nível de pós-graduação.

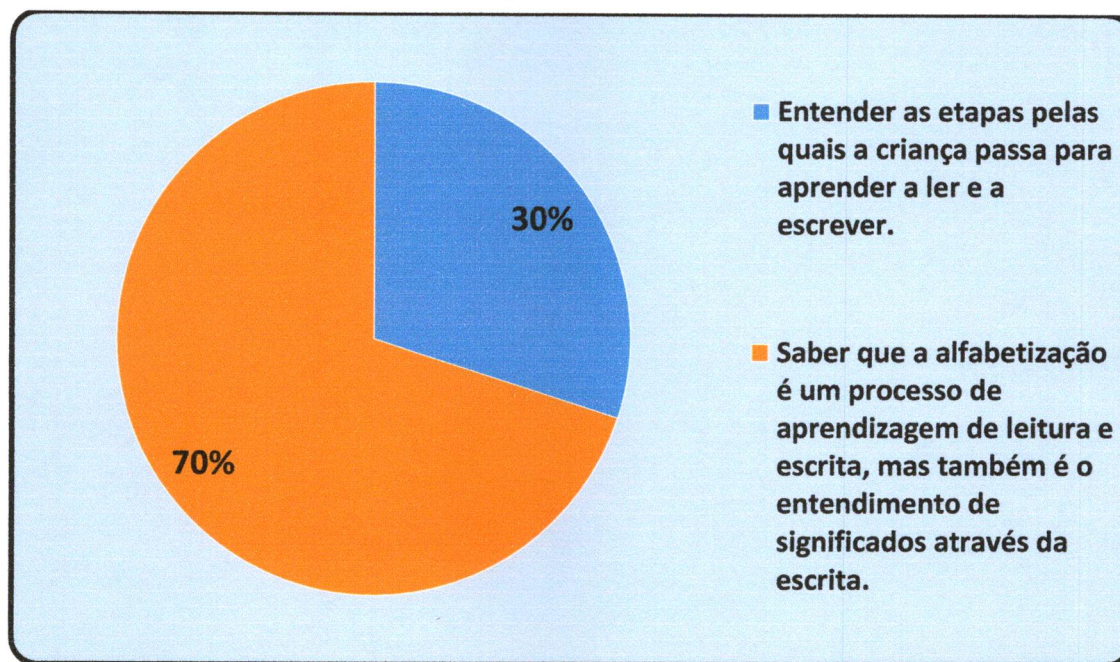
A trajetória da aquisição do saber-ensinar se expressa através de dois momentos temporais: as fontes pré-profissional e a carreira. O primeiro momento diz respeito à história de vida do professor e sua preparação inicial para o magistério. O segundo refere-se ao processo de adaptação e incorporação dos sujeitos às práticas e rotinas institucionalizadas específicas não só da sala de aula, mas também da escola (TARDIF e RAYMOND, 2000).

O saber necessário para o fazer pedagógico do professor, principalmente o alfabetizador, exige um grau de especificidade ainda maior. O educador precisa dominar uma gama de saberes conceituais, teóricos e metodológicos para mediar situações significativas de aprendizagem. Esses saberes, como já foi dito, não resultam apenas de uma formação acadêmica, mas também da formação

pedagógica. Uma não existiria sem a outra, ou seja, a prática docente é uma inter-relação entre a formação acadêmica e a formação pedagógica (MIALARET, 1991 *apud* CAMPELO, 2002). Os autores trazem aspectos relativos aos saberes e atuação docente que foram elencados através de uma pesquisa com os professores, feita em uma escola do nordeste, a qual teve experiências bem-sucedidas de alfabetização. Esses saberes são apresentados ou não na literatura educacional, mas legitimados pela experiência de sala de aula no processo de alfabetizar crianças. São saberes, que por si só, não garantem o sucesso do processo da alfabetização, entretanto, sem os mesmos, o educador não conseguiria realizar uma mediação competente.

Dando prosseguimento as entrevistas, perguntou-se aos professores: **Que conhecimentos você julga importantes saber para atuar em classes de alfabetização de crianças?**

Gráfico 02: Conhecimentos importantes saber para atuar em classes de alfabetização. Fonte: professores entrevistados da E.M.E.F. Brigadeiro Haroldo Veloso.



Em resposta a pergunta, 70% dos entrevistados relataram que os conhecimentos importantes para se saber atuar vem do entender as etapas pelas quais a criança passa para aprender a ler e a escrever. Já os 30% relataram que o

importante é saber que a alfabetização é um processo de aprendizagem de leitura e escrita, mas também é o entendimento de significados através da escrita.

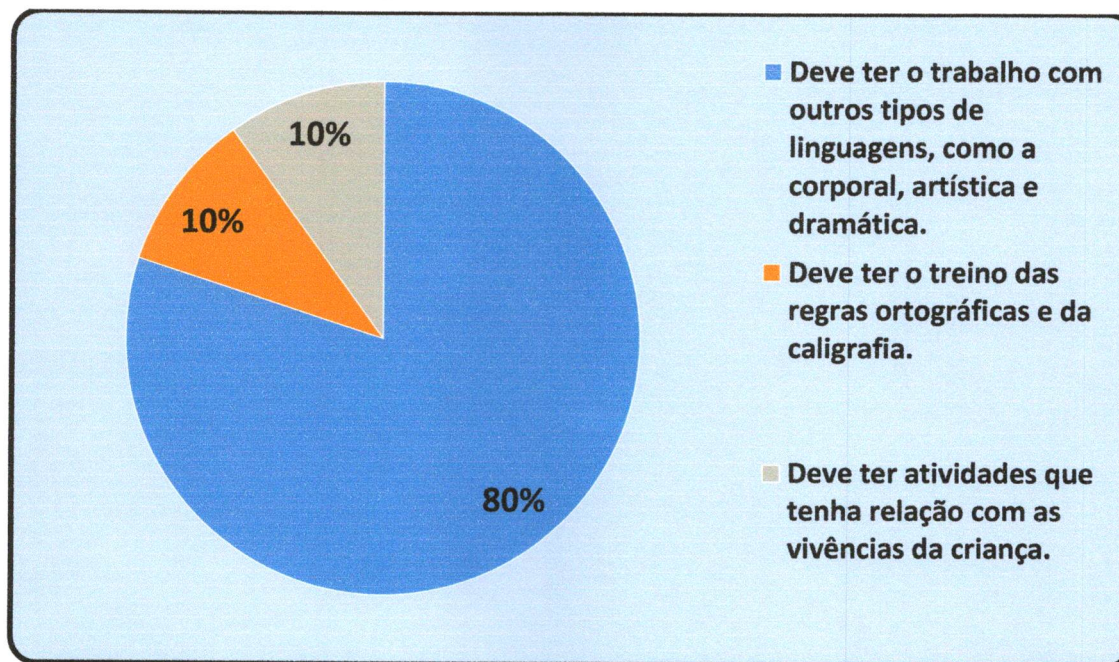
Na verdade, esses conhecimentos, são resultantes das contribuições de diferentes fontes, como a história pessoal do professor, a sua formação profissional, sua experiência profissional. Essas fontes, ao longo da vida do professor, vão adicionando à prática docente novos elementos conceituais, teóricos e metodológicos. Por isso, os conhecimentos docentes são temporais. Essa dimensão temporal do saber docente resulta de situações que exigem dos professores conhecimentos, competências, aptidões, comportamentos próprios os quais só são conquistados em contato com essas mesmas situações. Assim, muitos desses saberes citados acima retomam e consolidam conhecimentos que podem ou não ter sido adquiridos na formação inicial. Dessa forma, a abordagem que o professor fará para alfabetizar letrando uma criança deve ser suficientemente competente para desenvolver Campelo, (2002):

- a) a mecânica do ler/escrever; b) os aspectos construtivos do processo;
- c) o enfoque da língua escrita como meio de expressão/compreensão/interação, com especificidade e autonomia com relação à língua oral;
- d) os determinantes sociais das funções e finalidades da língua escrita. (CAMPELO, 2002, p. 15).

Ainda existem os fatores sociais, culturais, econômicos e políticos que condicionam o processo de alfabetização. Esses fatores evidenciam o próprio contexto histórico em que os sujeitos estão inseridos. O ser humano é um ser social e como tal se comporta dentro de regras sociais pré-estabelecidas no seu cotidiano. A história pessoal e individual vai ser um fator preponderante na construção de sua interpretação de mundo. A relação com o saber se constitui na interação do sujeito com o mundo e da sua maneira de interpretá-lo. Essa relação comporta uma dimensão identitária no sentido de que aprender envolve a história de vida da pessoa, sua visão de mundo, suas relações com o outro, sua relação consigo mesma.

Mediante aos questionamentos, perguntou-se: **Para você, como devem ser as aulas nas salas de alfabetização de crianças?**

Gráfico 03: Como devem ser as aulas nas salas de alfabetização. Fonte: professores entrevistados da E.M.E.F. Brigadeiro Haroldo Veloso.



Em resposta a pergunta, 80% dos entrevistados disseram que as aulas devem ter o trabalho com outros tipos de linguagens, como a corporal, artística e dramática. 10% deve ter atividades que tenha relação com as vivências da criança. Ou outros 10% deve ter o treino das regras ortográficas e da caligrafia.

Visando a necessidade de uma aprendizagem mais relevante nos dias atuais, o professor, enquanto mediador da aprendizagem, precisa conhecer a realidade do seu aluno para propor estratégias didáticas que promovam uma aprendizagem significativa. Uma aula interessante, para Charlot (2000, p. 73), é aquela em que “se estabeleça, em uma forma específica, uma relação com o mundo, uma relação consigo mesmo e uma relação com o outro”. Esse outro pode ser o professor ou um colega.

Como o ambiente escolar não está imune a ordem social, econômica e política do lugar onde está inserida, geralmente, termina servindo como reprodutor da ideologia dominante. Na escola, durante as décadas finais do século XX, houve um crescimento no número de matrículas de crianças oriundas de classes menos favorecidas, agravando a crise na qualidade do ensino público, mas também chamou atenção para a formação docente. O curso de formação docente deve preparar o profissional para também trabalhar com crianças de classes subalternas,

considerando a relação entre o conhecimento teórico-metodológico e a realidade sociocultural e econômica do educando.

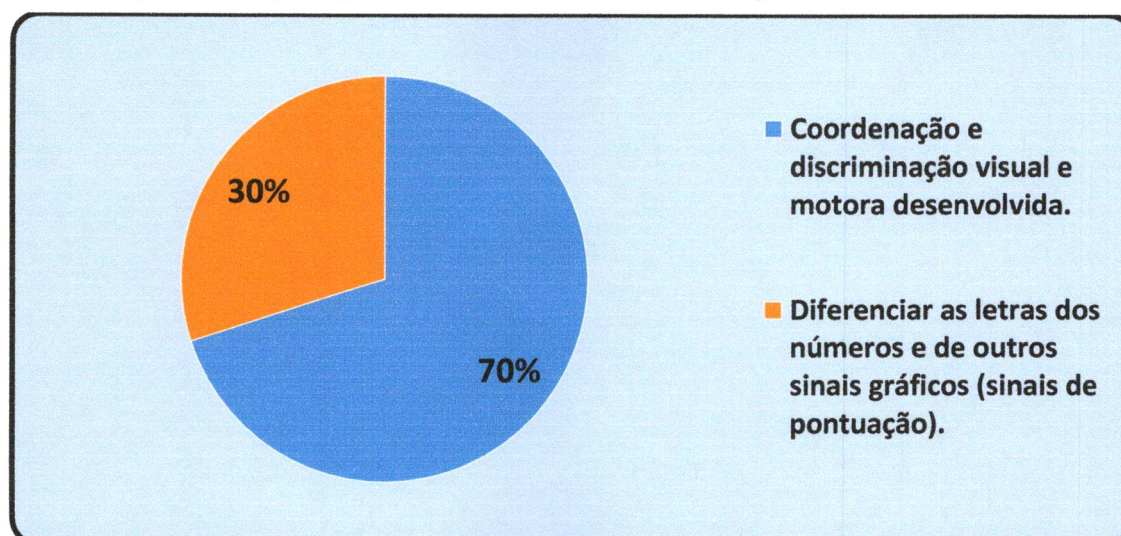
Entretanto, adaptar o conteúdo à realidade do aluno não significa fazer reduções e simplificações que limitam sua aprendizagem. Adaptar o conteúdo significa criar oportunidades para que o aluno aprenda o conteúdo integralmente, organizando os materiais didáticos e as atividades de sala de aula (PAULO, 1988, p. 14).

Indagou-se aos profissionais: **De quem é a responsabilidade pelo fracasso da alfabetização de crianças nas escolas públicas?** Na opinião dos professores, 100% responderam que é da própria estrutura educacional do país que não qualifica a escola nem o professor.

O grande desafio da educação é a construção de bases para que as crianças possam se posicionar criticamente sobre a cultura na qual estão inseridas. A educação fundamental, que está apenas preocupada com o ensino das letras desprovido de uma atividade crítica, significa um desrespeito com o tempo da infância e perpetua a educação tecnicista (BRITTO, 2005, p. 05). A alfabetização na pré-escola ultrapassa o conhecimento de letras e números e da formação de hábitos. A alfabetização pode e deve se iniciar na pré-escola, podendo chegar à linguagem escrita propriamente dita.

Perguntou-se: **Que conhecimentos a criança deve ter ao chegar em uma classe de alfabetização?**

Gráfico 04: Conhecimentos que a criança deve ter ao chegar em uma classe de alfabetização. Fonte: professores entrevistados da E.M.E.F. Brigadeiro Haroldo Veloso.



Em resposta da pergunta sobre o conhecimento que a criança deve ter ao chegar na escola 70% dos entrevistados responderam que a criança tem que ter coordenação e discriminação visual e motora desenvolvida. 30% responderam que tem que saber diferenciar as letras dos números e de outros sinais gráficos (sinais de pontuação).

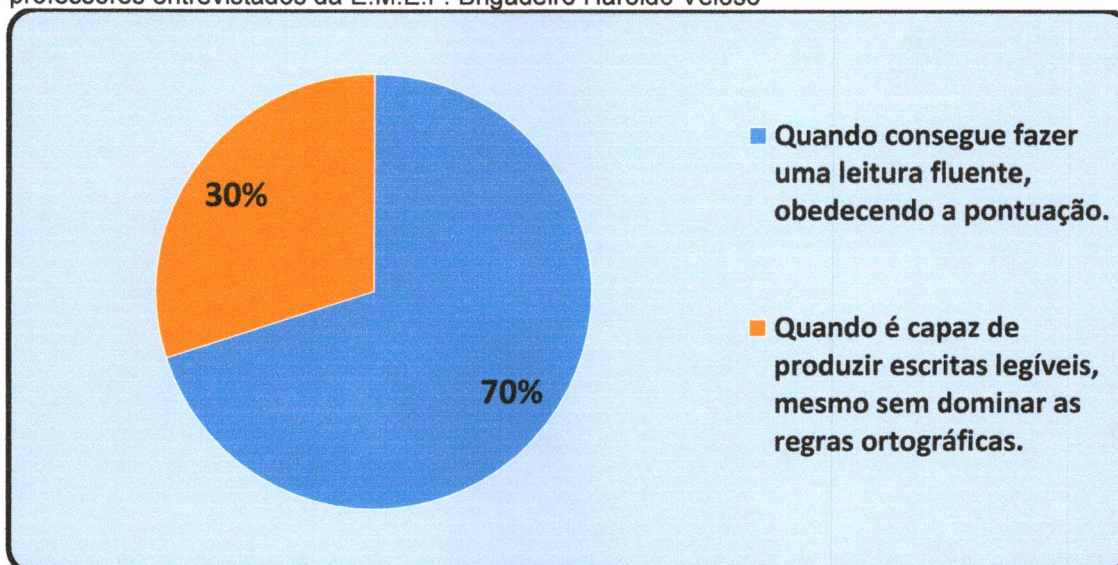
O letramento é cultural, quando as crianças entram dentro do contexto escolar com um conhecimento adquirido incidentalmente no seu dia-a-dia e passa a ser alfabetizada, desta forma ela começa a conhecer as letras e associá-las como as embalagens e objetos. Somente reconhecer as letras do alfabeto e compreender suas múltiplas combinações é algo que a criança faz com o próprio nome e com outras palavras com as quais está familiarizada, é uma pequena parcela do processo de alfabetização com letramento.

A escrita deve ter significado para a criança. Deve ser despertada de forma atrativa e ser incorporada na sua realidade como uma tarefa necessária e relevante à vida, como uma nova e complexa forma de linguagem. O escrever pode ser cultivado e não ser imposto.

Letramento para Soares (2001, p.22) é o resultado da ação de ensinar e aprender, as práticas sociais da leitura e escrita; o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo; como consequência de deter-se no apropriar-se da escrita e de suas práticas sociais.

Aos entrevistados questionou-se: **Qual é o momento em que uma criança pode ser considerada alfabetizada?**

Gráfico 05: Momento em que uma criança pode ser considerada alfabetizada. Fonte: professores entrevistados da E.M.E.F. Brigadeiro Haroldo Veloso



É quando a criança consegue fazer uma leitura fluente, obedecendo a pontuação é o que respondeu 70% dos entrevistados e 30% responderam que é quando é capaz de produzir escritas legíveis, mesmo sem dominar as regras ortográficas.

As representações simbólicas como a linguagem corporal, a linguagem artística, a ludicidade, facilitam a aprendizagem no processo de alfabetização e letramento, pois permitem a expressividade de emoções, ideias, sentimentos etc. A criança, ao se expressar através de diferentes maneiras, tem a possibilidade de organizar o pensamento. A organização do pensamento é imprescindível para a aprendizagem da escrita, pois contribui para o desenvolvimento cognitivo. Ao exteriorizar seu pensamento, a criança se fortalece como um ser social:

Ao imitar, a criança mostra ter interiorizado o modelo, construindo com base nele uma imagem mental e reproduzindo suas ações. Isso aparece com clareza nas brincadeiras de faz-de-conta. Nelas, ao imitar a mãe, dando de comer a uma boneca, exterioriza gestos e verbalizações percebidas em sua experiência pessoal. Como a mãe não está presente na brincadeira, a criança utiliza-se de uma imagem do papel de mãe para poder atuar. (OLIVEIRA, 2002, p. 131).

A criança pequena tem uma maneira própria de se relacionar com o mundo. Essa interação acontece através do simbolismo. O mundo simbólico da criança é constituído pela imaginação infantil que é um misto de ingenuidade e criatividade. As imagens mentais da criança vão se formando a partir das suas interações com o mundo.

Como você vê o uso dos livros didáticos no processo de ensino da leitura e escrita? Na opinião dos professores, 100% dos entrevistados responderam que contribui no processo de alfabetização, pois ensina primeiro as vogais, seguido das sílabas, para depois partir para a escrita de palavras e frases.

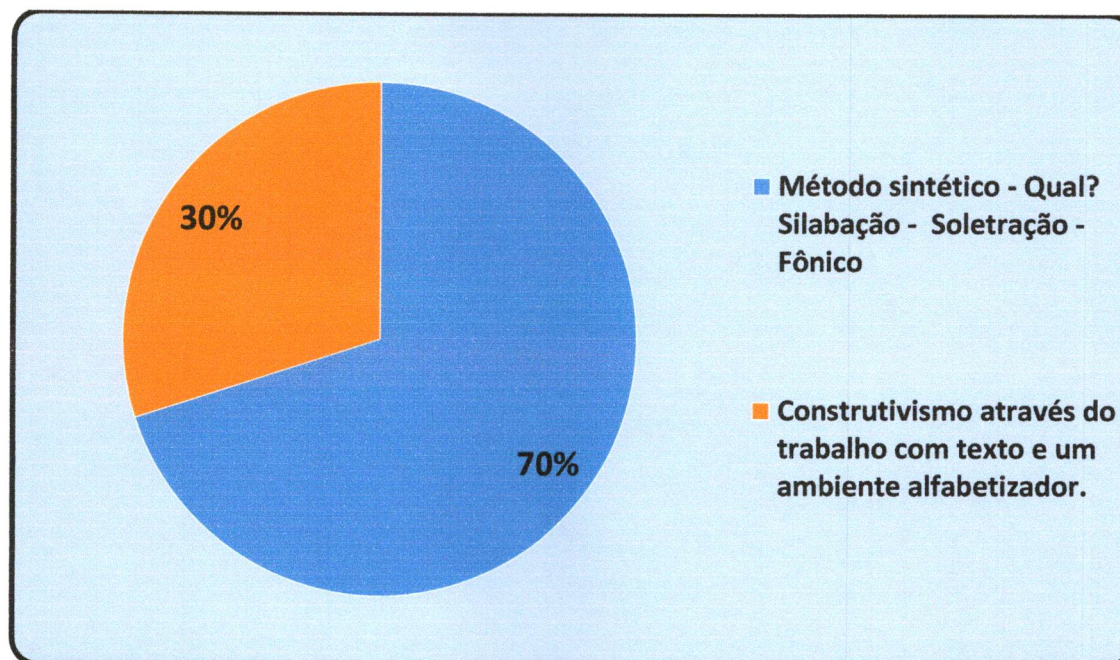
Quanto à escolha do livro didático utilizado nas classes de alfabetização, sempre se deve levar em consideração o objetivo a ser atingido. A criança pré-silábica precisa ter contato com o material básico de leitura, como também o contato com outros materiais de complementação.

O material indispensável ao processo de alfabetização e letramento são os suportes textuais. É preciso que haja uma variação dos textos apresentados para que a criança possa descobrir a função social da escrita, língua escrita pode expressar sentimentos, pensamentos, visão de mundo. Por isso, não deve haver o

predomínio de um único suporte textual. Dessa maneira, o educador deve explorar o trabalho com diferentes tipos de textos, através de recursos como revista, livro didático, que pode ser ou não a cartilha, cartazes, livros de literatura infantil etc. (ABUD, 1987, p. 28).

Quanto aos métodos pedagógicos perguntou-se: **Para você, qual o método mais apropriado para alfabetizar crianças?**

Gráfico 06: Método mais apropriado para alfabetizar crianças. Fonte: professores entrevistados da E.M.E.F. Brigadeiro Haroldo Veloso.



Em resposta a pergunta, 70% dos entrevistados responderam que os método sintético, sendo eles: silabação, soletração e fônico. 30% responderam que é através do construtivismo através do trabalho com texto e um ambiente alfabetizador

Na literatura educacional, os estudiosos apresentam os métodos em dois grandes grupos, os sintéticos e os analíticos. E há ainda os métodos mistos, formados pela combinação dos dois métodos conhecidos (ABUD, 1987, p. 33).

Os métodos sintéticos se fundamentam no processo mental da combinação de elementos da linguagem verbal escrita, resultam do estudo dos elementos menores como letra, fonema, sílaba, até chegar ao estudo das palavras, frases e texto (ABUD, 1987, p. 58). São métodos de orientação sintética: a soletração ou alfabético que parte do nome das letras; o fônico que parte dos sons das letras e; a silabação que parte das sílabas. Esses três métodos seguem uma ordem

“crescente” em que o ensino se inicia com as letras, os sons correspondentes às letras e das famílias silábicas, depois passa-se a ler palavras, frases isoladas e textos (MORTATTI, 2006).

Os métodos analíticos, também chamados de globais, se baseiam no processo mental da decomposição das unidades linguísticas maiores para chegar às menores. O estudo parte das estruturas globais, texto, frase e palavras, em direção ao reconhecimento das letras (ABUD, 1987, p. 63). São chamados de métodos analíticos: a palavração que parte da palavra; a sentencição que parte das frases e; a historieta que parte do texto (MORTATTI, 2006).

Os métodos mistos são derivados do processo mental de compor e decompor as unidades linguísticas. Têm como característica marcante o emprego de atividades simultâneas de análise e síntese.

A questão do construtivismo, que não se configura como um método, mas como uma mudança conceitual radical no cenário brasileiro das discussões pedagógicas. A partir de referencial construtivista, o foco das discussões sobre os métodos de ensino foi deslocado para o sujeito que aprende, ou seja, o processo de aprendizagem da criança. Ao pregar o abandono de tradicionais concepções teórico-metodológicas, o construtivismo contribui para o processo de desmetodização da alfabetização. (MORTATTI, 2006).

Para você, qual é significado do planejamento? Todos os entrevistados sendo eles 100% responderam que o planejamento permite que o professor tenha os objetivos da aula bem definidos e a maneira como irá realizá-la.

A ação de planejar significa elaborar um plano de mediação para intervir na realidade. Ao elaborar o plano, foi desenvolvido um exercício mental de tomada de decisão, de reflexão para melhor intervir na realidade. O planejamento é um processo dinâmico que implica dois grandes subprocessos, a elaboração e a realização interativa (VASCONCELLOS, 2006, p. 23).

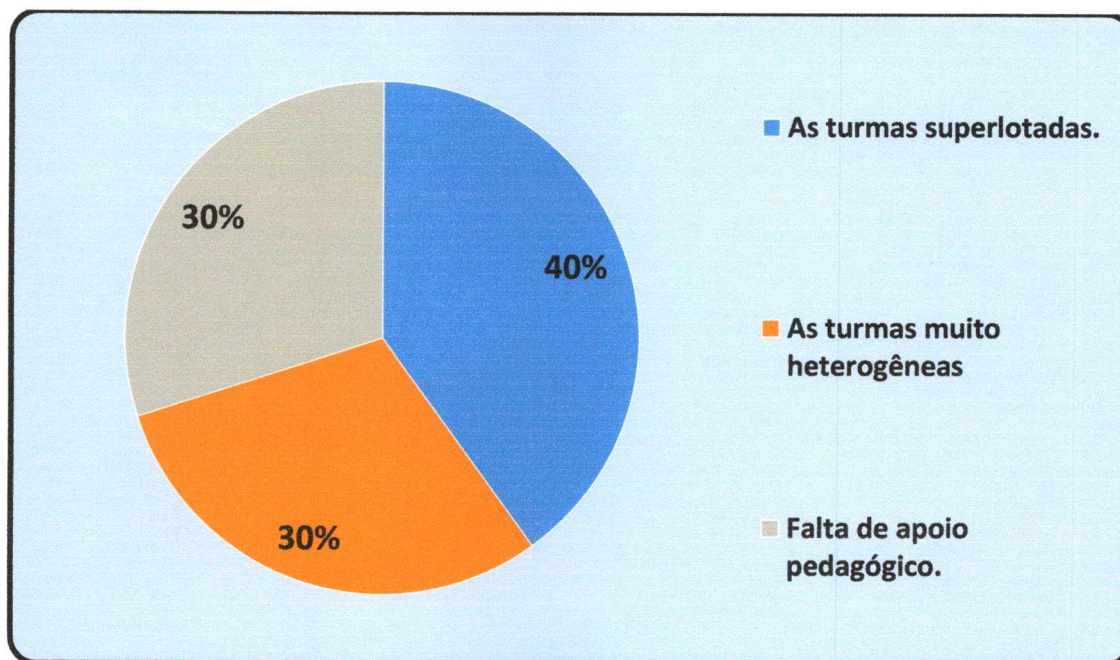
A elaboração do planejamento envolve um conhecimento da realidade para definir claramente os objetivos e decidir o melhor plano de ação. Em se tratando do processo de alfabetização e letramento, elaborar o plano de trabalho implica levar em conta os conhecimentos que os alunos possuem sobre a língua escrita para planejar atividades que ampliem e promovam a aquisição de novos conhecimentos.

O planejamento é um recurso indispensável para a organização do trabalho pedagógico de uma estrutura educacional, de uma instituição de ensino, de uma

sala de aula. Mas especificamente nesse último, o plano de trabalho docente mostra uma sequência de atividades que contribui para a compreensão de conteúdos a serem apresentados. Sendo assim, o planejamento deve favorecer a mediação entre o aluno e novos saberes. É preciso haver uma organização lógica, clara e cheia de informações sobre várias áreas de conhecimento como a Língua Portuguesa, Matemática, Ciências naturais e Sociais, entre outras. Esses conhecimentos devem ser contextualizados, isto é, devem ter ligação com a realidade sociocultural e familiar da criança. Também se devem levar em conta a faixa etária da criança, a linguagem e a complexidade ao selecionar os materiais didáticos.

Perguntou-se: **O que dificulta trabalho do professor no processo de alfabetização de crianças nas escolas públicas?**

Gráfico 07: O que dificulta no trabalho do professor no processo de alfabetização. Fonte: professores entrevistados da E.M.E.F. Brigadeiro Haroldo Veloso.



Na questão apresentada aos professores, 40% dos entrevistados responderam que as turmas superlotadas dificultam o trabalho do professor. 30% responderam que as turmas muito heterogêneas (crianças que sabem mais junto de crianças que sabem menos) e 30% Falta de apoio pedagógico.

Diante das diversas dificuldades se faz necessário citar as questões sociais, econômicas e políticas que interferem na distribuição e no acesso à escrita. Diante

da realidade da maioria das unidades escolares públicas que não dispõem de laboratórios de informática e seus alunos não terem acesso às essas novas tecnologias digitais em suas casas, fica praticamente impossível desenvolver um trabalho pedagógico usando essas mesmas tecnologias em favor da aprendizagem da língua escrita.

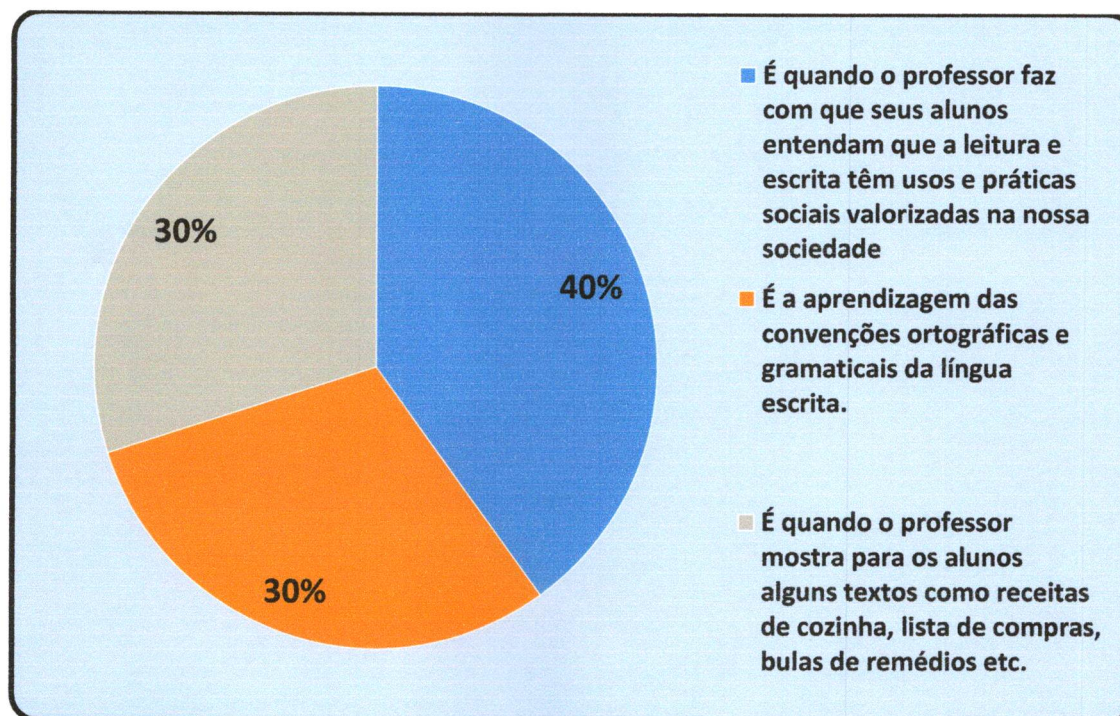
Outra questão chama atenção sobre a formação do professor: muitos professores leem pouco ou quase não leem. Há um receio por parte deles em apresentar outros gêneros textuais em sala de aula; já que não conhecem, procuram evitá-los. Para as crianças de famílias de classes menos privilegiadas, o papel do professor alfabetizador é importantíssimo na elaboração do conhecimento sobre as unidades linguísticas. É necessário ler para os alunos, construir e escrever textos na presença dos alunos, promovendo momentos de compreensão dos mesmos.

A formação docente não se efetiva com uma simples transferência da teoria para a prática. É um processo complexo que vai se configurando através da formação inicial e continuada e das relações com o contexto vivido. Apesar de todo esse caminho percorrido, a prática pedagógica está muito ligada às convicções pessoais de cada professor. A formação docente do ponto de vista social é extremamente densa e exige um estudo aprofundado das várias facetas que a constitui, como o desenvolvimento do conhecimento, particularidades culturais, históricos, políticos e econômicos.

A reflexão a respeito da formação do professor exige minuciosa observação do prisma da complexidade do fazer pedagógico. Essa formação é construída por diversos componentes oriundos de vários matizes de caráter institucionalizados e não institucionalizados. Essa característica multifacetada da formação docente permite uma prática pedagógica cheia de possibilidades (AGUIAR e PELANDRE, 2008). O sujeito não decide suas escolhas aleatoriamente, mas motivado pelo contexto no qual está inserido, partindo do pressuposto de que as ações não acontecem como se deseja, mas através das condições possíveis.

Foi perguntado: **Como você definiria o processo de letramento?**

Gráfico 08: Definição o processo de letramento. Fonte: professores entrevistados da E.M.E.F. Brigadeiro Haroldo Veloso.



Obteve-se as seguintes respostas, 40% dos entrevistados responderam que a definição do processo de letramento é quando o professor faz com que seus alunos entendam que a leitura e escrita têm usos e práticas sociais valorizadas na nossa sociedade. 30% disseram que é a aprendizagem das convenções ortográficas e gramaticais da língua escrita e 30% é quando o professor mostra para os alunos alguns textos como receitas de cozinha, lista de compras, bulas de remédios etc.

A alfabetização é concebida como um processo de leitura e interpretação em que não somente há o exercício de decifração do código da língua escrita, mas também o de compreensão, e interpretação, fazendo relações para a construção de significados (SOARES, 2003, p. 19-24). A pré-escola pode ajudar duplamente a alfabetização, garantindo a compreensão do ato de ler e a autoconfiança da criança na aprendizagem de ler e escrever. A escola do ensino fundamental não consegue cumprir essas duas funções. Ao contrário, a escola pública ao longo de sua existência tem reforçado a incapacidade da criança na aprendizagem de ler e escrever.

Dessa forma, a alfabetização na pré-escola se faz urgente e não existe nenhum argumento teórico que justifique seu impedimento. Aliás, no que se refere aos argumentos aqui apresentados, como, por exemplo, o fracasso da alfabetização no ensino público, estes reforçam essa necessidade. Para que a alfabetização na educação infantil aconteça de fato, é preciso ter bem consolidado o conceito de alfabetização e letramento.

Como deve ser o trabalho de alfabetização e letramento com crianças?

Na opinião dos professores, 100% dos entrevistados responderam que o trabalho de alfabetização envolve o letramento.

As representações simbólicas como a linguagem corporal, a linguagem artística, a ludicidade, facilitam a aprendizagem no processo de alfabetização e letramento, pois permitem a expressividade de emoções, ideias, sentimentos etc. A criança, ao se expressar através de diferentes maneiras, tem a possibilidade de organizar o pensamento. A organização do pensamento é imprescindível para a aprendizagem da escrita, pois contribui para o desenvolvimento cognitivo.

Letramento e alfabetização são processos distintos, pois possuem objetos de estudo diferentes e, portanto, têm mecanismos de aprendizagens diferenciados, mas são interdependentes. A alfabetização é um processo que, na esfera individual, apresenta diferentes níveis com relação ao domínio de habilidade e conhecimento sobre a leitura e escrita, entretanto é possível determinar o nível máximo da leitura e da escrita. O letramento também possui diferenciados níveis para as habilidades e conhecimentos, todavia não é possível precisar um produto final, tanto na dimensão individual quanto na social, ele se desenvolve continuamente.

No processo de alfabetização escolar, é inegável o valor da internalização dos conhecimentos sobre o sistema alfabético para o entendimento da linguagem escrita. Essa internalização permite que a criança se aproprie de habilidades específicas sobre o funcionamento do código escrito. É inegável também, desde o início da escolarização, a importância de apresentar para a criança como a língua pode ser um instrumento de exteriorização de sentimentos, emoções, significados de mundo. A alfabetização e letramento podem ser fortes aliados na construção da cidadania dos indivíduos de classes desfavorecidas.

É necessário ter cautela com os questionamentos feitos entre a alfabetização e letramento. O professor alfabetizador não pode basear sua proposta de trabalho apenas na dimensão das correspondências fonológicas, pois esta dimensão não é o

bastante para uma alfabetização de qualidade, já que nos lares da maioria das crianças frequentadoras das escolas da rede pública a cultura da escrita é pouco presente.

Outro ponto que precisa ser esclarecido: o letramento não é resultado da alfabetização, pois é um processo que precisa ser trabalhado também em sala de aula, principalmente nas classes de crianças na fase inicial do ensino fundamental.

3.4 PROPOSTA

Diante dos resultados apresentados na análise da pesquisa propõe-se a aplicação de um projeto de incentivo à leitura. O Projeto de Incentivo à Leitura é um conjunto de ações que apoiam as escolas na democratização do acesso ao mundo da Literatura. Isso significa possibilitar a interação com a cultura escrita por parte dos professores, dos alunos e da comunidade, além de desenvolver suas respectivas competências leitoras. (Projeto completo em anexo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização assim como o letramento, por serem processos de natureza complexa, exigem do docente uma formação profissional que leve em consideração suas especificidades conceituais, teóricas e metodológicas. Para atuar em classes de alfabetização, é indispensável o professor possuir um conhecimento sistematicamente construído através de cursos de formação inicial e continuada, de qualidade.

O professor alfabetizador deve avaliar constantemente sua prática educativa, pois é por meio da mesma que o docente irá aprender a ensinar. Por essa razão, os saberes da prática docente não são adquiridos somente por meio da formação acadêmica. Esses saberes são e devem ser completados com os conhecimentos apreendidos no exercício da docência.

A aprendizagem da leitura e da escrita é fundamentada no ensino mecânico das convenções e na estrutura do código alfabético. Essa aprendizagem é totalmente dissociada do trabalho de conscientização de que a escrita possui uma função social. O que leva a outra constatação: o processo de alfabetização precede o processo de letramento.

O papel de todo educador alfabetizador que não deve voltar sua atenção apenas para a aprendizagem da língua escrita no sentido da aquisição das convenções do sistema alfabético, mas também considerar importante o desenvolvimento da percepção sobre os usos e práticas sociais da escrita. A função do professor, ao alfabetizar uma criança na perspectiva do letramento, sobretudo uma criança oriunda das classes sociais menos favorecidas, se amplia, pois insere essa criança no mundo da cultura escrita. Assim, alfabetizar letrando significa muito mais que um compromisso pedagógico; é também um compromisso político e social.

O estudo do tema sobre as dificuldades de alfabetizar nas series iniciais nos mostra que é indispensável a todo profissional de educação no sentido de que esse profissional poderá promover ações no âmbito educacional e do planejamento escolar que possibilitem a organização do ambiente pedagógico, favorecendo a aprendizagem da língua escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Maria José Milhares. **O ensino da leitura e da escrita na fase inicial da escolarização**. São Paulo: EPU, 1987. p. 28-63.

AGUIAR, Maria Aparecida Lapa de; PELANDRE, Nilcea Lemos. **As múltiplas determinações na formação de professoras alfabetizadoras**. In: 31ª Reunião Anual da ANPEd, 2008. GT 10 – Alfabetização, Leitura e Escrita Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: jan. 2017.

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; CRUZ, Magda do Carmo Silva. Brasil: Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: alfabetização para todos: diferentes percursos, direitos iguais: ano 1: unidade 7**/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

ALVES, Doralice Veiga. **Psicopedagogia: Avaliação e Diagnóstico**. 1 Ed. Vila Velha- ES, ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2007.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Não só de palavras se escreve a educação infantil, mas de lutas populares e do avanço científico. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; MELLO, Suely Amaral (Orgs.). **O mundo da escrita no universo da pequena infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 23-50.

BARBOSA, José Juvênio. **ALFABETIZAÇÃO E LEITURA**. São Paulo: Cortez, 1994.

BOSSA, N, A. Dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BRASIL: Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: Currículo no ciclo de alfabetização: consolidação e monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem: ano 2: unidade 1**/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual do pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL: **Questões e provocações da atualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 73-112.

_____, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios: ano 1: unidade 1**/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Educação Infantil e cultura escrita. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; MELLO, Suely Amaral (Orgs.). **Linguagens infantis: outras formas de leitura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 05-21.

CAMPELO, Maria Estela Costa Holanda. **Dos saberes docentes à alfabetização de crianças: um contributo à Formação de professores**. In: 25ª Reunião Anual da ANPEd, 2002. GT 10 –Alfabetização, Leitura e Escrita. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: jan. 2017.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Tradução: MAGNE, Bruno. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKI, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1991.

_____, Emília. **Com todas as letras**. 2. ed. Tradução: Maria Zilda da Cunha Lopes. Retradução e cotejo: Sandra TrabuccoValenzuela. São Paulo: Cortez, 1993.

_____, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. Tradução: GONZALES, Horácio *et al.* V. 4. 24. ed. atualizada. São Paulo: Cortez, 2001.

_____, Emília. **Alfabetização em processo**. 15ª ed. São Paulo, Cortez, 2004.

FRADE, Izabel Cristina Alves da Silva. Alfabetização na escola de nove anos – desafios e rumos. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da (Org.). **Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 73-112.

FRANCHI, Eglê Pontes. **Pedagogia da alfabetização: da oralidade à escrita**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 6ª Ed. 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

KLEIMAN, Ângela; MATENCIO, Maria de Lourdes. **Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber**. São Paulo: Mercado das Letras, 2005.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: Seminário **Alfabetização e letramento em debate**, 2006, Brasília. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação

Básica do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.smec.salvador.ba.gov.br>>. Acesso em mai. 2017.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 123-32.

PAULO, Iliana. A dimensão técnica da prática docente. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova didática**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SOARES, Magda B. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 5-17, jan/fev/mar/abr., 2004.

_____, Magda Becker. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: 26ª Reunião Anual da ANPEd, 2003. GT 10 – Alfabetização, Leitura e Escrita. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: mai. 2017.

_____, Magda Becker. Brasil: Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. 2003. Disponível em: <http://www.meb.org.br/biblioteca/artigomagdasoares>. Acesso em: maio 2017.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério**. Educação & Sociedade. Ano XXI, n 73, dez. 2000. p. 209-44.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. 15. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

ANEXOS



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Questionário referente ao Trabalho de Conclusão de Curso da Acadêmica Igleuda Cristiany Silva com o tema: **AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA ALFABETIZAR NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**: Um estudo de caso da Escola Municipal Brigadeiro Haroldo Coimbra Veloso do Município de Itaituba-PA

Questionário de Pesquisa de Campo para professor

Nome: _____

Data: ____/____/____

Classe com a qual trabalha: () 1º ano () 2º ano

Perfil da entrevistada

Idade:

() Menor de 20 anos

() 20 a 30 anos

() Acima de 30 anos

Sexo:

() Feminino

() Masculino

Escolaridade:

() Ensino Médio (2º Grau) Qual? _____

() Graduação Qual? _____

() Pós-Graduação Qual? _____

Dados profissionais:

Ano em que terminou o curso de formação docente: _____

Tempo de experiência docente: _____

Tempo de experiência nesta Unidade de Ensino: _____

Tempo de experiência nas classes de alfabetização: _____

INSTRUÇÃO

LEIA ATENTAMENTE TODAS AS QUESTÕES E ASSINALE A ALTERNATIVA QUE MAIS SE APROXIMA DO QUE VOCÊ JULGA CERTO A RESPEITO DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO (PODE ASSINALAR MAIS DE UMA ALTERNATIVA).

QUESTÕES FECHADAS

1. Para você, o que significa uma formação profissional inicial adequada para atuar em classes de alfabetização?

- ☐ Não há necessidade de uma formação profissional, basta apenas saber lidar com as crianças.
- ☐ Os conhecimentos da formação inicial (nível médio ou superior) mais os anos de experiência.
- ☐ Uma formação mais especializada, ao nível de pós-graduação.
- ☐ Uma formação de nível médio (Magistério)

Outros: _____

2. Que conhecimentos você julga importantes saber para atuar em classes de alfabetização de crianças?

- ☐ Dominar a escrita correta e a leitura fluente.
- ☐ Entender as etapas pelas quais a criança passa para aprender a ler e a escrever.
- ☐ Saber que a alfabetização é um processo de aprendizagem de leitura e escrita, mas também é o entendimento de significados através da escrita.
- ☐ Saber utilizar os materiais didáticos e aplicar os métodos de alfabetização.
- ☐ Saber lidar com as crianças e tratá-las com afeto.

Outros: _____

3. Para você, como devem ser as aulas nas salas de alfabetização de crianças?

- ☐ Deve ter atividades que tenha relação com as vivências da criança.
- ☐ Deve ter o treino das regras ortográficas e da caligrafia.
- ☐ Deve ter o trabalho com outros tipos de linguagens, como a corporal, artística e dramática.
- ☐ Deve ter o trabalho diário de leitura e de discussões pertinentes a ela.

Outros: _____

4. De quem é a responsabilidade pelo fracasso da alfabetização de crianças nas escolas públicas?

- ☐ Do aluno que vem de família de classes menos favorecidas
- ☐ Da própria estrutura educacional do país que não qualifica a escola nem o professor.
- ☐ Dos cursos de formação de professores.

Outros: _____

5. Que conhecimentos a criança deve ter ao chegar em uma classe de alfabetização?

- ☐ Coordenação e discriminação visual e motora desenvolvida.
- ☐ Diferenciar as letras dos números e de outros sinais gráficos (sinais de pontuação).
- ☐ Perceber a relação entre o que se fala/pensa e o que se escreve.
- ☐ Perceber que a escrita representar sentimentos, emoções, opiniões.

Outros: _____

6. Qual é o momento em que uma criança pode ser considerada alfabetizada?

- ☐ Quando entende que a escrita pode expressar emoções, sentimento, visão de mundo.
- ☐ Quando é capaz de escrever sem cometer erros ortográficos.
- ☐ Quando é capaz de produzir escritas legíveis, mesmo sem dominar as regras ortográficas.
- ☐ Quando consegue fazer uma leitura fluente, obedecendo a pontuação.

Outros: _____

7. Como você vê o uso dos livros didáticos no processo de ensino da leitura e escrita?

- ☐ Facilita o trabalho do professor.
- ☐ Dificulta a aprendizagem da escrita pela criança porque ignora suas hipóteses sobre a escrita.
- ☐ Contribui no processo de alfabetização, pois ensina primeiro as vogais, seguido das sílabas, para depois partir para a escrita de palavras e frases
- ☐ Limita o trabalho de alfabetização, pois só usa textos cujo conteúdo está distante da realidade do aluno.

Outros: _____

8. Para você, qual o método mais apropriado para alfabetizar crianças?

- ☐ Método misto (sintético e analítico).
- ☐ Método sintético - Qual? ☐ silabação ☐ soletração ☐ fônico

☐ Construtivismo através do trabalho com texto e um ambiente alfabetizador.

☐ Método analítico - Qual? ☐ palavração ☐ sentencição ☐ historieta

Outros: _____

9. Para você, qual é significado do planejamento?

☐ O planejamento é uma perda de tempo para um professor experiente, pois já sabe o que vai fazer em sala de aula.

☐ O planejamento permite que o professor tenha os objetivos da aula bem definidos e a maneira como irá realizá-la.

☐ O plano de aula é apenas um documento burocrático que a escola exige que o professor faça.

Outros: _____

10. O que dificulta trabalho do professor no processo de alfabetização de crianças nas escolas públicas?

☐ Materiais didáticos insuficientes e inadequados à realidade do aluno.

☐ A condição social, econômica e cultural do aluno e seu modo de falar errado que dificulta a aprendizagem da linguagem escrita correta.

☐ As turmas muito heterogêneas (crianças que sabem mais junto de crianças que sabem menos).

☐ As turmas superlotadas.

☐ Falta de apoio pedagógico.

Outros: _____

11. Como você definiria o processo de letramento?

☐ É quando o professor faz com que seus alunos entendam que a leitura e escrita têm usos e práticas sociais valorizadas na nossa sociedade

☐ É a aprendizagem das convenções ortográficas e gramaticais da língua escrita.

☐ É quando o professor mostra para os alunos alguns textos como receitas de cozinha, lista de compras, bulas de remédios etc.

Outros: _____

12. Como deve ser o trabalho de alfabetização e letramento com crianças?

☐ O trabalho de alfabetização deve ser separado do letramento.

☐ O letramento não deve vir antes da alfabetização.

☐ O trabalho de alfabetização envolve o letramento.

☐ A alfabetização e o letramento podem ser trabalhados juntos.

Outros: _____



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

IGLEUDA CRYSTIANI SILVA

PROJETO DE INCENTIVO À LEITURA

ITAITUBA-PA

2019

APRESENTAÇÃO

Este é um Projeto de Incentivo à Leitura é um conjunto de ações que apoiam as escolas na democratização do acesso ao mundo da Literatura. Isso significa possibilitar a interação com a cultura escrita por parte dos professores, dos alunos e da comunidade, além de desenvolver suas respectivas competências leitoras.

JUSTIFICATIVA

As histórias estão presentes em nossa cultura há muito tempo e o hábito de contá-las e ouvi-las tem inúmeros significados. Está relacionado ao cuidado afetivo, à construção da identidade, ao desenvolvimento da imaginação, à capacidade de ouvir o outro e à de se expressar. Além disso, a leitura de histórias aproxima a criança do universo letrado e colabora para a democratização de um de nossos mais valiosos patrimônios culturais: a escrita.

Por isso, é importante favorecermos a familiaridade das crianças com as histórias e a ampliação de seu repertório. Isso só é possível por meio do contato regular dos pequenos com os textos desde cedo e de sua participação frequente em situações diversas de conto e leitura. Sabe-se que os professores são os principais agentes na promoção dessa prática – e a escola, o principal espaço para isso.

Como o universo escolar e seus profissionais têm papel indispensável na promoção da leitura para as crianças, o Projeto propõem a implementação da Roda de Histórias – que incentiva a leitura por prazer – como uma atividade permanente na rotina das escolas, além de outras ações culturais de fomento à leitura.

OBJETIVO GERAL

Com as crianças:

- Ampliar o repertório de histórias que elas conhecem.
- Familiarizá-las com as histórias.
- Fazer com que construam o hábito de ouvir histórias e de sentir prazer nas situações que envolvem a leitura de histórias.
- Aproximá-las do universo escrito e dos portadores de escrita (livros e revistas) para que elas possam manuseá-los, reparar na beleza das imagens, relacionar texto e ilustração, manifestar sentimentos, experiências, ideias e opiniões, definindo preferências e construindo critérios próprios para selecionar o que vão ler.
- Proporcionar situações de leitura compartilhada e uso da biblioteca da classe ou da escola.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Com crianças:

- Participação em situação de conto e leitura de histórias.
- Escuta atenta e interessada de histórias.
- Observação e manuseio de livros.
- Atividade permanente de leitura.
- Concepção de leitura, alfabetização e cultura escrita.

METODOLOGIA

Será iniciada com uma palestra de abertura oferecida por um especialista na área de educação. Esse é o momento em que a equipe do projeto se dedica à implementação das ações culturais e educacionais de fomento à leitura – como a formação de técnico e diretor, estes últimos responsáveis por formar os professores, levando em consideração a necessidade de se reunir acervos de textos literários próprios para professores e crianças.

Os resultados esperados em relação às crianças, professores, técnico e diretor foram plenamente alcançados em 2017, possíveis de serem observados a partir dos seguintes indicadores:

Crianças:

- Aumento da concentração e atenção a cada encontro com a leitura. A proposta incidiu na leitura por prazer pelo fato de ser apresentada desvinculada de outras atividades escolares (como desenhos, colagens e outros);
- Ampliação do repertório literário por meio da leitura diária - realizada pelos professores - dos empréstimos de livros. As crianças passaram a solicitar obras de seus autores preferidos ou coleções específicas;
- Aumento da frequência e diversidade do repertório de histórias indicadas como suas favoritas;
- Envolvimento e gosto pela leitura, proporcionando que livros mais extensos fossem lidos por capítulos, a cada visita dos voluntários;
- Ampliação da qualidade e diversidade dos comentários sobre os livros;
- Elaboração de pensamentos crítico em relação às histórias contadas, para eleição dos livros prediletos e argumentação com os colegas;
- Sensibilidade diante das singularidades de cada livro, como autores, ilustradores e gêneros literários, entre outros;
- Leitura ou contação de histórias, a partir da observação das imagens e da lembrança do que haviam escutado, acompanhados pelos colegas ou sozinhos;
- Manuseio dos livros presentes no canto da leitura;
- Articulação do texto com a imagem, apreciação das ilustrações, socialização de sentimentos e percepções a partir do texto;
- Solicitação ao professor de contação ou recontação de histórias;

- Ocorrência de assuntos ligados às histórias em outros contextos como no jogo simbólico, na roda de conversa e também em contextos não escolares, como em conversa com os pais;
- Convite a conhecer mais o universo letrado e formas linguísticas de expressão
- Evidências de marcas e expressões da linguagem escrita no discurso oral.

RECURSOS

Nº de ordem	Descrição	Quantidade
01	Data-show	01
02	Livros	Diversos
03	Revistas	Diversas
04	Caixa amplificadora	01
05	Microfone	01
06	Cd	05
07	Cola	03
08	Tesoura	01
09	Papel A4	01 resma
10	Apostilas	30

PUBLICO ALVO

Alunos do Ensino Fundamental.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

www.fvc.org.br/projetos_FVC/...leitura/home.htm